



PADRE LINO MAIA, PRESIDENTE DA CNIS

Até 2023
salário mínimo
aumenta
6% ano
Sector Social
precisa de
atualização
idêntica

“Era importante que ao longo desta legislatura tivéssemos como referência a atualização do salário mínimo, que andarà perto dos seis por cento ao ano e que essa fosse também a atualização da cooperação, para permitir melhor retribuição dos trabalhadores e assegurar a sustentabilidade das instituições. Para mim é essa a orientação, 5/6 por cento ao ano, durante quatro anos.”



MIRANDA DO DOURO
Freguesia raiana resiste
graças ao Centro Social
Paroquial de S. Martinho

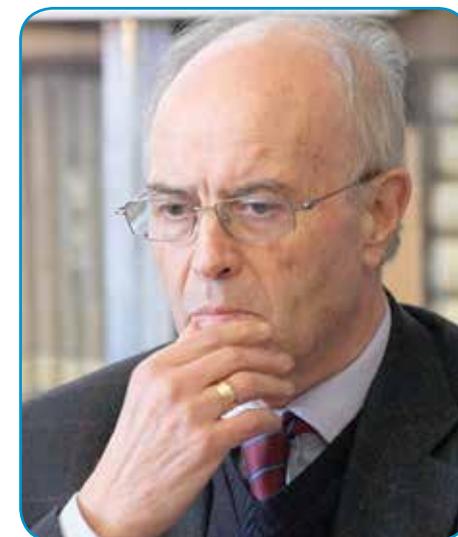


GUIMARÃES
Dia Nacional da Paralisia
Cerebral juntou milhares
de pessoas durante três dias



LOUSÃ
8º Festival da Canção juntou
músicos e cantores com
deficiência de todo o país

José Leirião
Membro da CNIS



17 DE OUTUBRO

Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza

«Esta data foi comemorada oficialmente em 1992 com o objectivo de alertar a população para a necessidade de defender um direito básico do ser humano. A erradicação da pobreza e da fome é um dos oito objectivos de desenvolvimento do milénio, definidos no ano 2000 por 193 países membros das Nações Unidas e por várias organizações internacionais.

É motivo para assinalar com esperança que Portugal alcançou, em 2018 a média 21.6% da União Europeia no indicador **‘taxa de risco de pobreza e exclusão (após transferências sociais)’**, voltando aos valores pré-crise económica e financeira.

De acordo com os cálculos do INE, com base em inquérito às condições de vida e rendimento realizado em 2018, era pobre quem auferia um rendimento anual inferior a 5607 euros anuais (467 euros por mês) e estavam nessa situação cerca de 1,8 milhões de pessoas.

A taxa de risco de pobreza corresponde à “proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente”(INE).

A erosão das redes de segurança social e a prevalência crescente de emprego a baixos salários são a combinação perfeita para colocar as famílias de rendimentos reduzidos sob pressão constante, à medida que batalham para trabalhar, para cuidar das suas famílias e para manter o acesso aos benefícios públicos. Complementarmente a

estes esforços é o facto da maioria dos empregos capazes de melhorar estas circunstâncias exigirem educação pós-secundária e, para a grande maioria das famílias com baixos rendimentos, o esforço para obter uma educação superior vem complicar significativamente as suas já complexas vidas, aumentando o stress na tomada de decisões quotidianas.

A pobreza tem de ser erradicada através de uma economia que funcione para o bem-estar das crianças. Em boa hora a Presidência Finlandesa da União Europeia adoptou este tema para desenvolver políticas europeias com este objectivo. Esperemos que tenha sucesso.

O primeiro estudo sobre a pobreza em Portugal foi realizado pela Prof^a Dra. Manuela Silva, recentemente falecida. Foi uma activista da luta contra a pobreza, pela justiça social e seguindo devotadamente a ‘doutrina social da igreja’. Escreveu vários livros, entre eles, um com o título **‘Economia de comunhão’**, no qual explicitava as medidas a tomar para a erradicação da pobreza.

Integrou o primeiro Governo Constitucional, como coordenadora da política económica. A Prof^a Manuela Silva era uma personagem fascinante, como professora e pessoalmente, teve a sorte de assistir a algumas das suas aulas em 1976, no ISE (Instituto Superior de Economia, agora ISEG) e era um privilégio ouvi-la, e compreender as suas fórmulas de econometria e construção de algoritmos, enfim... paz à sua alma. Deixou um legado importante



para a democracia e na luta pela ‘erradicação da pobreza’. Também o Professor Alfredo Bruto da Costa continuou o estudo da pobreza em Portugal. Presentemente os estudos sobre a pobreza em Portugal são monitorizados e actualizados pelo Prof. Carlos Farinha Rodrigues do ISEG.

A expressão ‘Erradicação da pobreza’ é aterrador para os políticos, preferindo **‘combate à pobreza’**, que em si nada significa de mudança, nem de compromisso político, isto é, **é um não objectivo**. Durante a campanha eleitoral algum partido referiu a ‘erradicação da pobreza’ como uma política a adoptar? Não, nenhum.

SESSÃO DE TRABALHO DECORREU NA UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Melhorar a «accountability» social, financeira e económica das IPSS

No âmbito do «Focus Group Projeto TFA – Theo Frame Accountability: Como promover a accountability no setor da economia social – o caso das IPSS?», realizou-se uma sessão na Universidade de Aveiro, a qual contou com a participação de diversas IPSS.

O propósito foi abordar a proposta de framework de indicadores para análise integrada das dimensões social, financeira e económica das atividades das IPSS que constitua uma ferramenta de avaliação da accountability destas

instituições.

Como a framework carecia de validação, a equipa de investigação promoveu o encontro de Aveiro para aqueles que, pela sua atividade e experiência, pudessem ajudar nessa validação, através da participação no workshop.

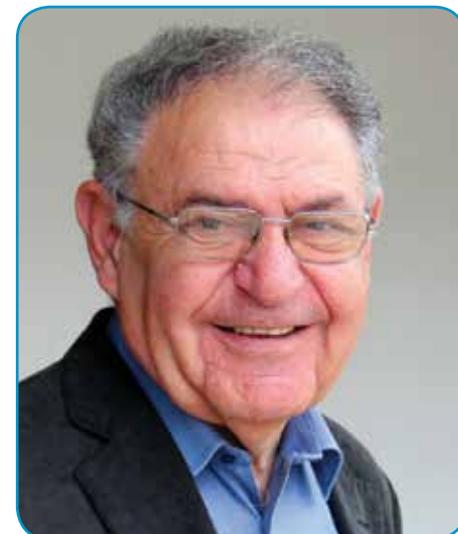
Recorde-se que este projeto visa dar resposta ao problema de investigação: «Como promover a accountability (social, financeira e económica) no setor da economia social: o caso das IPSS?».

Como principais objetivos o projeto tem:

possibilitar um meio para a divulgação online da informação obrigatória e voluntária que cubra os aspetos sociais, financeiros, e económicos das suas atividades; conceptualizar uma framework que permita aos stakeholders fazer essa avaliação; e iniciar um anuário que permita fazer a avaliação do impacto do desempenho das IPSS.

A Universidade de Aveiro é a promotora do projeto e conta com a participação da CNIS, do Instituto Politécnico de Coimbra e do Instituto Politécnico do Porto.

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



XXII Governo Constitucional

1. O XXII Governo Constitucional tomou posse perante o Presidente da República e acaba de apresentar o seu programa na Assembleia da República.

Tudo bem: “missão cumprida e sem complicações”...

Tendo o seu programa como eixos orientadores os desafios das alterações climáticas, da demografia, das desigualdades e da sociedade digital, criatividade e inovação, é com a sua execução, que se pretende que seja boa, que o País se vai confrontar durante esta Legislatura que só agora teve o seu início.

Tanto a conjuntura parlamentar como a política permitem prever estabilidade. Como muitos parece quererem...

2. Se no programa do Governo a cooperação com o Sector Social e Solidário como que passa despercebida, tanto direta como indiretamente, porém, todo o programa tem impacto no Sector e certamente supõe concertação.

E entre todas as suas propostas, algumas orientações merecem ser destacadas.

Na área da proteção social:

- alargamento das respostas sociais de apoio à família, em particular para a infância e com especial incidência nas áreas metropolitanas alargando a rede de creches
- orientações pedagógicas para a creche
- garantia de um “valor universal” como comparticipação no preço que as famílias pagam pela creche a partir do segundo filho
- fomento da fixação das populações residentes em áreas protegidas
- aprovação de uma estratégia nacional de combate à solidão
- proteção dos idosos em situação de dependência ou isolamento
- desenvolvimento de um sistema integrado de sinalização de idosos isolados
- estabelecimento de modelos de assistência ambulatória e ao domicílio no âmbito do apoio à dependência
- promoção de programas de voluntariado sénior.

Na área da educação:

- universalização do ensino pré-escolar
- revisão do modelo das atividades de enriquecimento curricular

Na área da saúde:

- proteção dos idosos em situação de dependência ou isolamento
- implementação da figura do gestor do

doente crónico

- redução de internamentos hospitalares evitáveis
- duplicação do ritmo de investimento nas respostas de cuidados continuados integrados
- promoção de soluções de assistência à autonomia no domicílio
- criação de um novo serviço no SNS, nomeadamente através da utilização de novas tecnologias para a monitorização do estado de saúde de pessoas idosas para, numa base estritamente voluntária e com absoluta proteção da privacidade, assegurar um acompanhamento de proximidade e de emissão de alertas de urgência relativamente à saúde de pessoas idosas que habitem em situações de isolamento
- promoção de uma maior integração de cuidados, centrada nas pessoas, através de um plano individual de cuidados.

Em matéria de rendimentos e política salarial, o novo Governo quer que o salário mínimo nacional avance progressivamente dos atuais 600 euros para os 750 euros em 2023 e pretende ir além da questão do salário mínimo nacional, através da negociação, em sede de Concertação Social, de um acordo de médio prazo sobre salários e rendimentos. O que inequivocamente se saúda.

3. Sendo o Sector Social e Solidário um importante pilar do Estado Social e o principal agente na proteção social direta, estranha-se o quase desconhecimento da cooperação no programa do Governo já que as anteriormente citadas e outras orientações não serão viáveis sem o seu contributo. Todavia, o XXII Governo Constitucional pode contar com a sua total mobilização. Como sempre assim foi e sempre assim será.

Mas com uma salvaguarda: se o Governo, e muito bem, pretende que, sem medo, se avance em matéria de rendimentos e política salarial, tem exatamente nesse percurso um valor referencial para assumir a sua corresponsabilidade na sustentabilidade do Sector Social e Solidário.

No período de uma legislatura uma atualização progressiva e assumida na cooperação que, globalmente e na mesma percentagem, acompanhe o aumento do salário mínimo é simplesmente o mínimo que se espera de um Governo que dá prioridade às pessoas.

Até porque, para a estabilidade que se deseja, não será menos importante a sustentabilidade do Sector Social e Solidário do que a conjuntura parlamentar e política.



CONSELHO GERAL DA CNIS

Programa de Ação e Orçamento para 2020 apresentados às estruturas intermédias

O Conselho Geral da CNIS reuniu no dia 4 de novembro, tendo como principal ponto da ordem de trabalhos a apresentação e apreciação do Programa de Ação e Orçamento para 2020 que a Direção pretende aprovar na próxima Assembleia Geral, no dia 23 do corrente, em Fátima. O Dia da CNIS (15 de janeiro) será preenchido pelo seminário «Direitos fundamentais em contexto de resposta social» e pela apresentação do livro de Isabel Monteiro, «Das Confrarias às IPSS».

Coube a Filomena Bordalo, assessora da Direção, apresentar, em linhas gerais, o Programa de Ação, do qual fez alguns destaques.

Assim, a assessora começou por referir os “três eixos estratégicos”, que assentam na defesa e promoção do quadro de valores das IPSS, na contribuição para o reforço da organização e do papel de intervenção das instituições e ainda pelo estabelecimento de parcerias e da cooperação.

Por outro lado, “há neste documento um enfoque em três áreas” e que são “os direitos fundamentais no contexto das respostas sociais”, “iniciativas relativas às dependências e deficiências” e ainda “iniciativas de informação e sensibilização em torno da transição energética e adaptação às alterações climáticas”.

Quanto aos direitos fundamentais no contexto das respostas sociais, está prevista realização de um seminário, no próximo dia 15 de janeiro, data em que se assinala o Dia da CNIS.

Relativamente às iniciativas relativas às dependências, a CNIS vai, igualmente, promover um seminário sobre deficiência.

Em ambas as áreas, está também previsto um grupo de trabalho para acompanhamento das ações.

No entanto, muito mais ações estão agendadas para o ano de 2020, tendo Filomena Bordalo destacado, ao nível das iniciativas, a celebração do Dia da CNIS, que para além do seminário referido, contará, entre outros momentos, com a apresentação do livro «Das Confrarias às IPSS. O longo caminho das Instituições de Solidariedade em Portugal: subsídios para a sua história», da autoria de Isabel Monteiro, e a realização da Festa e Chama da Solidariedade, que em 2020 acontecerá nos Açores.

Por outro lado, no próximo ano a CNIS pretende dar continuidade ao estudo sobre a «Importância Económica e Social das IPSS em Portugal», estando já a proceder à sua atualização, perseguindo o objetivo de elaboração da Central de Balanços; dinamizar o Grupo de Trabalho dos custos reais e custos técnicos das respostas sociais; e aprofundar o trabalho com o Colabor de avaliação das respostas sociais e a reflexão e estudo do projeto que visa saber «Como promover a prestação de contas (social, económica e financeira) no sector da Economia Social, o caso das IPSS», em colaboração com os institutos superiores de contabilidade e administração de Aveiro, Coimbra e Porto.



Em termos de ações de formação e capacitação, para o ano de 2020 a CNIS destaca as formações para dirigentes das IPSS na área da gestão e para auxiliares de Ação Educativa (Pré-escolar), que resultam de uma candidatura ao PO ISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego.

Em termos de cooperação e do protocolo assinado entre o Sector Social Solidário e o Estado, através dos ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da Educação e da Saúde, a Direção lança já o olhar ao Protocolo a assinar para 2021-2022.

A CNIS espera que, apesar das mudanças no Governo, que a periodicidade bienal dos compromissos de cooperação para o Sector Social Solidário.

Assim, à cabeça surge a prioridade de “conclusão dos ‘compromissos’ previstos para 2019” e que não estarão concluídos até ao final do ano, seguindo-se a “negociação e apresentação às IPSS associadas da Adenda, referente a 2020”, tal como aconteceu com os anteriores compromissos de cooperação.

Filomena Bordalo destacou ainda a “participação e acompanhamento da operacionalização do

Compromisso de Cooperação para 2019-2020”, para além, obviamente, da “preparação das matérias para as negociações do Compromisso de Cooperação para 2021-2022”.

Por fim, a assessora da CNIS apresentou as iniciativas tendentes a estimular a investigação, compilar e divulgar documentos e realizar colóquios, seminários e conferências.

Assim, estão inscritas no Programa de Ação 2020 diversas iniciativas, como o início de um estudo, pela Universidade de Évora, sobre «As respostas sociais no percurso de cuidados à pessoa com deficiência», a apresentação do livro de Isabel Monteiro e a realização do seminário «Direitos fundamentais em contexto de resposta social».

Estão ainda previstos um seminário na área da deficiência e um outro para apresentar a Norma Portuguesa para a Qualidade das Respostas Sociais (NP 4543:2015) e ainda um ciclo de quatro conferências sobre temas relevantes e por definir neste momento.

Seguiu-se a apresentação, por parte de José Macário Correia, membro da Direção e tesoureiro da CNIS, do Orçamento 2020.

O dirigente referiu que o orçamento a pôr a



votação na Assembleia Geral vem em linha com os anteriores e gira em torno de um montante de 900 mil euros. As contas propostas apresentam um resultado líquido previsto de cerca de 2.000 euros, mas Macário Correia avançou que há itens nos custos que podem e irão ser reduzidos, com a implementação e uniformização de critérios para alguns gastos.

Apresentados e apreciados os documentos, tomou da palavra o presidente da Direção para abordar a Cooperação com o Estado.

“Como todos sabem, houve mudança de Governo e no diálogo com o Estado a maior preocupação que temos é com a sustentabilidade”, começou por dizer o padre Lino Maia, acrescentando: “O que fazemos, fazemos bem e somos um pilar muito importante do Estado Social. O que se faz em ação social direta neste país é feito pelas IPSS, pelo que a grande questão que se põe é a da sustentabilidade das instituições”.

Neste sentido, o líder da CNIS asseverou que “é necessária uma progressiva atualização da participação do Estado para assegurar a sustentabilidade das instituições”, defendendo, mais à frente na reunião, que “é preciso pugnar para que a Cooperação tenha um valor global que acompanhe o aumento do salário mínimo”.

Com a mudança de Governo, mudou também o titular da pasta do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, saindo de cena um dos mais importantes ministros da área das últimas décadas.

José Vieira da Silva deixa a governação, mas o Sector Social Solidário quer assinalar os anos de relacionamento com ele, pelo que está a ser organizada uma homenagem, congregando todas as estruturas representativas do sector.

“Não é expectável que ele venha a assumir outro cargo ministerial, pelo que se justifica plenamente esta homenagem, depois de 20 anos de serviço à pátria”, concluiu o padre Lino Maia.

A reunião de Fátima iniciou-se com a assinatura de um protocolo entre a CNIS e a Torrestir.

O entendimento prevê que a Torrestir estabeleça uma rede de pontos de entrega («pick up points») de encomendas em todo o país tendo por base as IPSS espalhadas por todo o território nacional.

Para o padre Lino Maia, este “é um serviço que traz benefício para a comunidade e para as pessoas e também para as IPSS, porque há um valor a ser pago pela empresa pelo serviço”.

As IPSS eventualmente interessadas receberão a informação necessária.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)



CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

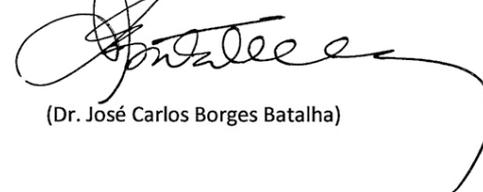
Nos termos da alínea d), do Artigo 27º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a reunir em Sessão Ordinária, em Fátima, no Hotel Cinquentenário, no próximo dia 23 de Novembro, pelas 9h45, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 - Apreciação do orçamento e programa de ação para 2020;
- 2 - Apreciação do relatório emitido pelo Conselho Fiscal sobre o programa de acção e orçamento para 2020;
- 3 - Votação do orçamento e programa de ação para 2020;
- 4 - Outros assuntos.

Se à hora atrás referida não estiver a maioria das associadas, a Assembleia Geral terá início quinze minutos depois, pelas 10h00 (dez horas), em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o ponto 3, do Artigo 31º.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



(Dr. José Carlos Borges Batalha)

Porto, 4 de novembro de 2019

ARCIL, LOUSÃ

«Em Movimento» vence 8º Festival Nacional da Canção para Pessoas com Deficiência Intelectual

O grupo Em Movimento, da delegação de Ponte de Lima da APPACDM de Viana do Castelo, venceu a oitava edição do Festival Nacional da Canção para Pessoas com Deficiência Intelectual, com a interpretação do tema “Não olhes para mim assim”.

No entanto, a simples participação já faz de todos os concorrentes vencedores à partida... e foram muitos e de todo o país.

No passado mês de outubro, a ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã promoveu a oitava edição do Festival Nacional da Canção para Pessoas com Deficiência Intelectual, evento que se realizou na nave do Parque Municipal de Exposições da Lousã.

Os participantes oriundos de instituições de diversas zonas de Portugal, permaneceram dois dias na Lousã e tiveram a oportunidade de conviver, conhecer a Lousã e partilhar experiências e formas de intervenção na área das artes.

O Festival, que constitui um momento de partilha, inclusão e valorização dos intervenientes e das instituições representadas, contou nesta 8ª edição com as seguintes participações: Banda Zero, da Casa de S. Vicente (Marvila), com o tema “Há sempre música entre nós”; Paulo Alexandre Nogueira, da CERCIFAF (Fafe), com “É com ela que eu estou”; Asopranados Controversos, da CERCIMIRA (Mira), com “Todas as ruas do amor”; Ao meu ritmo, da APPACDM de Santarém, com “Homem do leme”; Em Movimento, da



APPACDM de Viana do Castelo (Delegação de Ponte de Lima), com “Não olhes para mim assim”; Os Portinhas, da Associação Portas P’ra Vida (Resende), com “Cores são portas p’ra vida”; Trickis, do CRIT de Torres Novas, com “Os gatos”; Banda 5 F’s, da CERCIMIRA (Mira), com “Basta um sorriso”; Duo Simão e Rafaela, da APPACI de Barcelos, com “Amor a dois”; e



Os Viegas, da ARCIL, com “A despedida”.

Durante a gala, atuaram ainda os Rufias, da ARCIL e vencedores da edição 2017, e houve ainda um momento «Rei Leão», protagonizado por bailarinos da ARCIL e da Academia de Bailado da Lousã e ainda com as vozes do Coro Misto da Sociedade Filarmónica Lousanense.

FUNDAÇÃO AFID DIFERENÇA, AMADORA

Selo da Diversidade distingue política de recrutamento inclusivo

A Fundação AFID Diferença, que conta 33 anos de existência, conquistou o Selo da Diversidade na categoria Recrutamento, Seleção e Práticas de Gestão de Pessoa, numa cerimónia que teve lugar no Museu da Electricidade, em Lisboa.

Já na primeira edição da Gala do Selo da Diversidade, prémio instituído pela Carta Portuguesa para a Diversidade, a AFID tinha sido galardoada com o troféu na categoria 5 (Comunicação da Carta e dos Seus Princípios), com o projeto DIVERSID’ARTE, recebendo, ainda, duas menções honrosas.

“A obtenção deste prémio demonstra que o Recrutamento, Seleção e Práticas de Gestão de Pessoa é um tema importante para a nossa organização e este reconhecimento é mais

um motivo de orgulho para todos aqueles que fazem parte da nossa família Fundação AFID Diferença. A Carta Portuguesa para a Diversidade pretende encorajar as entidades empregadoras e organizações a implementarem e desenvolverem políticas e práticas de promoção da diversidade e da igualdade de oportunidades no trabalho”, referiu Domingos Rosa, presidente da Fundação AFID Diferença.

A iniciativa, promovida pela Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão (APPDI), pretende distinguir as organizações que apresentem projetos e práticas inovadoras e com impacto ao nível da promoção da diversidade categorizadas da seguinte forma: Compromisso da gestão de topo e dos outros

níveis hierárquicos; cultura organizacional; recrutamento, seleção e práticas de gestão de pessoas; desenvolvimento profissional e progressão na carreira; comunicação da Carta e dos seus princípios; e condições de trabalho e acessibilidades.

O júri foi composto por Rosário Farmhouse (presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens), Maria Julieta Sanches (presidente da direção da Fenacerci), Fausto Amaro (professor catedrático e presidente da Atlântica – Escola Universitária de Ciências Empresariais, Saúde, Tecnologias e Engenharia), Pedro Neves (professor associado da Nova SBE) e Maria Castro Almeida (consultora do Inclusive Community Fórum da Nova SBE).

CASA DO POVO DE ABRUNHEIRA, MONTEMOR-O-VELHO

Parceria em torno de aplicação inovadora na gestão clínica e operacional das ERPI

A Casa do Povo de Abrunheira estabeleceu uma parceria com a Meritposition, empresa, de Coimbra, responsável pelo desenvolvimento da GeriCarePro, uma aplicação especializada na gestão clínica e operacional de unidades geriátricas e de cuidados paliativos.

Este é um software de extrema facilidade de utilização por parte de profissionais da área de geriatria, que permite o acesso a qualquer das suas funções em apenas três passos (cliques) e que tem vindo a ser testado pela Casa do Povo de Abrunheira, em vários cenários reais. Isto tem, por outro lado, permitido testar, aperfeiçoar e desenvolver novas soluções, prosseguindo um software perfeitamente adaptado às exigências atuais a que se propõe dar resposta.

Como vantagens já comprovadas destacam-se a extrema facilidade de uso e o sistema de alerta que evita que o idoso seja medicado de forma incorreta, auxiliando na decisão médica e melhoria na gestão de stocks.

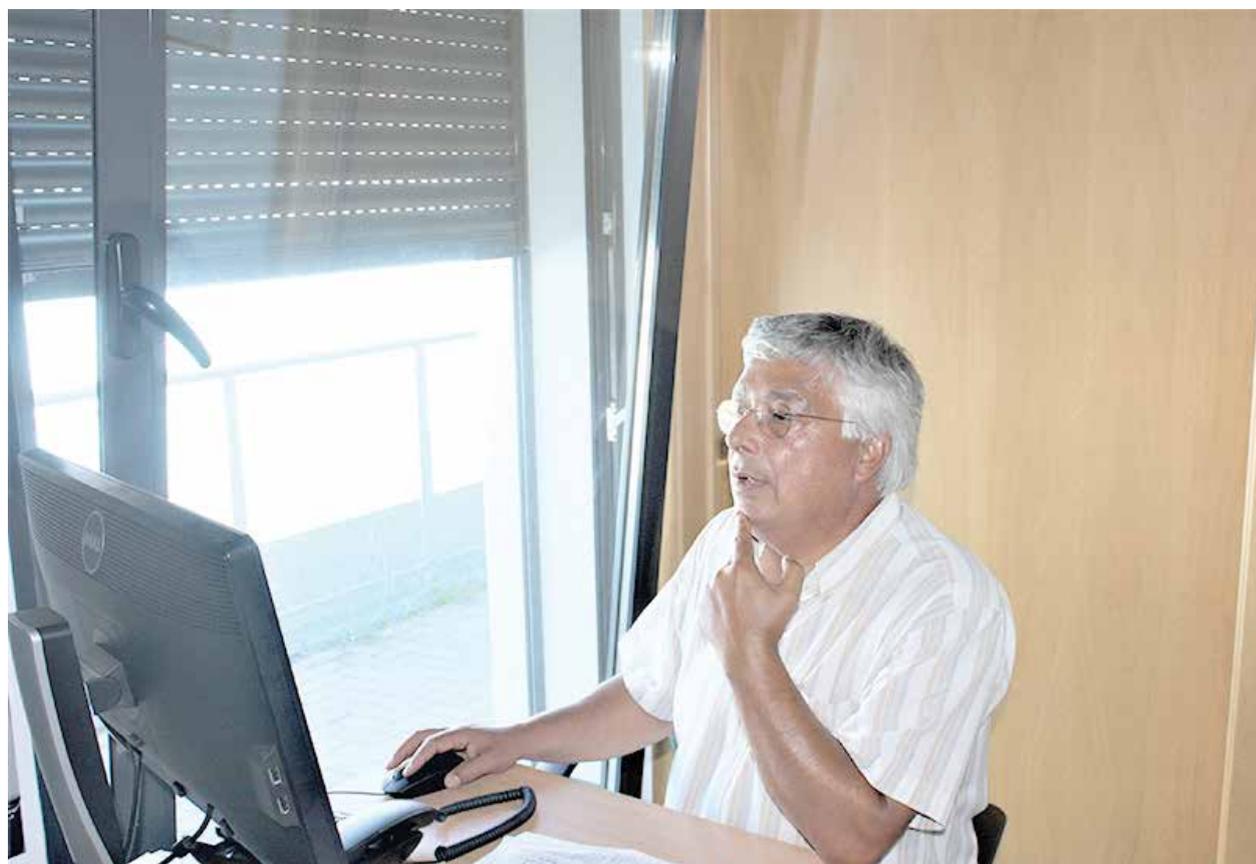
O GeriCarePro possibilita também a implementação das melhores práticas de acompanhamento personalizado de cada utente, com permanente avaliação e caracterização da dor, aumentando o seu conforto.

Na área da gestão, o software permite o controlo de prazos de validade de todo o tipo de produtos da instituição, bem como a análise do histórico de consumos por utente.

Os resultados de rigorosos testes piloto, que decorreram ao longo de seis meses em Estruturas Residenciais Para Idosos (ERPI) de todo o País, entre as quais a Casa do Povo de Abrunheira, demonstraram que o GeriCarePro ajuda as ERPI a melhorarem a gestão diária, reduzindo custos e otimizando recursos, mas, acima de tudo, a melhorar significativamente a qualidade do apoio prestado aos residentes.

José Carvalho, presidente da Casa do Povo de Abrunheira, explica que a instituição tem apostado forte na inovação social, realçando as melhorias já registadas com o software em causa.

“A nossa filosofia passa por uma incessante procura por soluções inovadoras em diferentes



áreas, seja através de desenvolvimento de conceitos e metodologias inovadoras ou candidaturas próprias, seja através de parcerias que vamos estabelecendo, com parceiros estratégicos”, referiu, acrescentando: “Tal visão tem-nos garantido a distinção e o reconhecimento de importantes entidades, como o caso da Fundação António Sérgio, Fundação EDP, Fundação Inatel, ou o projeto de inovação social «Dar Mais Memória à Memória», direcionado para as demências. Esta solução informática vem

responder a diversas lacunas que existem no dia-a-dia de qualquer ERPI, seja na gestão de stocks, seja na eficácia e eficiência de todo o processo de prestação de cuidados”.

José Carvalho vê nesta solução um instrumento valioso para melhorar a gestão das ERPI.

“É, de facto, um software realmente baseado na realidade dos procedimentos que estas estruturas desenvolvem, cujo sucesso de desenvolvimento se deve também ao facto de ter sido experimentado e melhorado em contexto real e para o qual nos orgulhamos de ter participado ativamente”, sustenta.

A Meritposition, distinguida a nível europeu pela EIT Heath InnoStars, conquistou através deste software denominado «GericarePro» a distinção de start-up 2019 na área da inovação médica. Atualmente, a solução está em fase de lançamento no mercado, disponível em português, inglês, espanhol e francês e preparada também para funcionar em dispositivos móveis, destinando-se ao apoio à gestão e prestação de cuidados em instituições geriátricas e paliativas de todo o mundo.

ESPAÇO T, PORTO

Festa da Felicidade para celebrar 25 anos

O Espaço t - Associação Para apoio à Integração Social e Comunitária celebra 25 anos no próximo dia 14 de novembro e vai assinalar a data com um jantar solidário.

Fundado em 1994, o Espaço t procurou desde sempre quebrar barreiras e preconceitos, juntando todos e todas num mesmo espaço físico, mas também ideológico, onde todas e todos e independentemente da sua condição física, emocional, social, cognitiva ou outra, partilham

experiências, relacionam-se com outros e outras, diferentes de si e redescobrem-se.

Curiosamente, já há 25 anos, que no Espaço t se acreditava que a arte seria transformadora e que, apesar da novidade apresentada e da surpresa de muitos, seria congregadora de desenvolvimento pessoal de muitos que até à data estariam mais «incapazes» de acreditarem nas suas competências emocionais e relacionais!

O Espaço t quer por isso festejar e juntar,

cuidadores, amigos, mecenas, parceiros, alunos/as, na Festa da Felicidade, uma noite de celebração e de festa, que será também uma importante oportunidade de angariação de fundos.

Assim, o jantar solidário decorrerá no Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões, a partir das 20h00, e contará com um menu elaborado pelo chef Hélio Loureiro e será animado por um «quase concerto» por Rui Reininho.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE S. MARTINHO, MIRANDA DO DOURO

Porto de abrigo de uma população só, envelhecida e frágil às portas de Espanha

Tudo começou há 30 anos com um «tímido» centro de dia. Já em 2003, é inaugurado o lar de idosos para responder a uma população cada vez mais envelhecida, debilitada e só. É o pilar da freguesia em muitos aspetos e quem mais ajuda a que a comunidade resista e ainda sobreviva. Proporcionar bem-estar e qualidade de vida aos idosos que procuram a instituição é o objetivo e nesse sentido requalificar o jardim do Centro é o projeto em mente e que os responsáveis pretendem pôr em prática o mais breve possível.

O Centro Social Paroquial de S. Martinho fica na sede de freguesia de S. Martinho Angueira, concelho de Miranda do Douro. Fica num território distante do litoral, muito desertificado (não chega a 310 habitantes) e que faz fronteira com Espanha.

Como refere o diretor-técnico da instituição, Vítor Domingues, “o Centro Social é, praticamente, o único empregador da freguesia”, sendo que a instituição já não consegue recrutar na freguesia “porque não há mão-de-obra”.

Com 30 anos de existência completados no passado dia 31 de julho, o Centro Social Paroquial arrancou apenas com uma resposta de Centro de Dia, numas instalações provisórias da Casa do Povo, e só 14 anos volvidos abriu as respostas de Lar e Apoio Domiciliário, já no edifício construído de raiz.

“Em 1989, era notório que as pessoas necessitavam de uma resposta social e foi, então, criada na Casa do Povo uma, mas que só funcionava como Centro de Dia”, conta Vítor Domingues, acrescentando: “Com o passar do tempo, as pessoas começaram a ficar mais dependentes, com mais necessidades e verificou-se que a resposta não era suficiente. A nível humano a situação começou a ser muito degradante, porque as pessoas não tinham condições para estar em casa. Nesta altura surgiu a proposta de tentar dar outro tipo de resposta às pessoas da aldeia”.

Foi, então, criada uma Comissão Fabriqueira para a instituição do Centro Social e Paroquial, com alguns donativos foi elaborado um projeto para um lar, mas, durante muitos anos o processo não avançou.

“Entretanto, foi criada nova Comissão Fabriqueira e as coisas avançaram finalmente. Houve apoio da Câmara e da Junta de Freguesia, para além de outros particulares, e conseguiram construir parte deste edifício onde estamos, que na altura tinha apenas capacidade para 17 pessoas. A 12 de janeiro de 2003 vieram para aqui os primeiros utentes”, recorda o diretor-técnico.

Apercebendo-se que 17 camas não eram suficientes, a Direção resolveu alargar uma das alas, “que inicialmente não foi comparticipada pela Segurança Social”, e que foi inaugurada em 2006.

E se o que levou à abertura do lar e do seu alargamento foi a necessidade sentida na comunidade, hoje “necessidade também há, o problema são as questões que lhe estão implícitas”, argumenta



Vítor Domingues, explicando: “Um novo alargamento acarreta mais custos, outros encargos e ajustamentos que o Centro Social, por si só, não consegue dar. Abrir mais uma ala implica muitos mais custos e a instituição não tem capacidade”.

Se no início a maioria dos utentes era de S. Martinho Angueira, hoje há também de outros pontos do concelho de Miranda do Douro e do distrito de Bragança.

São conhecidos os problemas quanto aos índices populacionais no Nordeste Transmontano. A freguesia de S. Martinho Angueira não foge à regra e sinal disso é que dos pouco mais que 300 habitantes apenas três são crianças.

Apesar do isolamento físico e da depressão populacional, a situação sócio-económica da população que a instituição serve é “média, alta”.

“Temos pessoas que recebem boas reformas, porque viveram no estrangeiro, mas também temos aqueles que recebem reformas miseráveis, especialmente aqueles que por aqui ficaram e viveram da agricultura”, argumenta Vítor Domingues,

sublinhando: “Depois, há aqui uma outra questão que se prende com o facto de esta aldeia ter sido um centro mineiro. Daí que ainda haja algumas pessoas que fizeram alguns descontos quando trabalhavam nas minas. E isso aumentou um pouco as reformas. E ainda temos uma vasta população de emigrantes, que esteve, sobretudo, em França, pelo que aqui ainda existe uma população com algum rendimento, o que é importante para a sustentabilidade da instituição”.

Porém, as coisas poderiam ser melhores e... mais justas para todos, segundo os responsáveis pela instituição.

“Infelizmente, há uma questão que não conseguimos contornar e que acaba por ser prejudicial e injusta e que tem a ver com os rendimentos que sabemos que as pessoas têm, mas que não conseguimos ter acesso a eles. Há pessoas que não têm familiares, mas têm rendimentos muito elevados, têm terras e bens que não estão no IRS. E nestas situações a instituição nada pode fazer, porque não tem meios para fazer seja o que for. E, o pior,



é sabermos das situações e nada podermos fazer”, lamenta o diretor-técnico do Centro Social.

No entanto, em termos de saúde financeira, Vítor Domingues sustenta que “com a gestão que tem sido feita, está bem, com algumas dificuldades, mas a conseguir cumprir a missão”, sublinhando: “é equilibrada, sem folgas, mas o suficiente para a gestão diária”.

Para tentar diversificar as receitas, a instituição está a promover a implementação da Liga dos Amigos do Centro Social paroquial de S. Martinho, mas que ainda não está a funcionar.

“Pretende-se que o lar tenha amigos que façam doações. Podem ser monetárias, em géneros ou até terrenos, como acontece com outras instituições”, explica Fernanda Martins, diretor de serviços, ao

que Vítor Domingues acrescenta: “Tem tudo a ver com as questões da sustentabilidade. Então, procuramos outras formas de dar mais sustentabilidade à instituição, porque a nível da resposta social, muitas vezes, é difícil de gerir. Depois, temos muitas exigências a nível da Segurança Social e do Estado e, muitas vezes, não temos os recursos suficientes para responder a essas exigências”.

No futuro próximo, os projetos da instituição passam por refazer o jardim que existe nas traseiras “para os idosos poderem passear e exercitar”, que é o projeto maior e para o qual a instituição fez um furo de captação de água, já a pensar na rega do mesmo.

“A posteriori, pretendemos fazer adaptações técnicas a nível dos quartos. Recentemente,

requalificámos aqui uma parte do edifício e vamos ainda arranjar uma garagem”, refere Vítor Domingues.

Para o diretor-técnico, as grandes condicionantes prendem-se com o facto de “os utentes estarem cada vez mais dependentes, principalmente devido à idade”, pois dos 27 utentes do lar, 13 têm mais de 90 anos e há uma senhora centenária, a Dona Dionísia, uma cantora exímia.

“Temos uma faixa etária muito elevada, vários graus de demência, e muitas vezes são as pessoas mais novas as que estão pior. Mesmo assim, é uma população que ainda gosta de participar em atividades”, acrescenta.

Já mais complicado por vezes é conseguir fazer ver aos familiares que, esporadicamente, visitam os familiares de que há regras que é necessário cumprir e que na instituição se procura “fazer o melhor pelo bem-estar e pela qualidade de vida dos idosos”.

“De certa forma, há famílias que não reconhecem o trabalho que fazemos, porque durante a maior parte do tempo não se preocupam com os familiares, mas se acontece algum incidente, uma doença ou até uma fatalidade são os primeiros a assacar responsabilidades à instituição que esta não tem. Fazem-nos sentir como se nós nada fizéssemos e isso é muito desgastante”, lamenta Vítor Domingues.

Por seu turno, Fernanda Martins destaca que “os familiares do dia-a-dia, porque os temos que vêm cá, praticamente, todos os dias, adoram-nos, já os que vêm cá de vez em quando é que são mais problemáticos”.

“E há muitos que, para além de ignorarem o trabalho que fazemos, ignoram as regras da casa, que não respeitam”, sublinha Vítor Domingues, exemplificando: “Como todas as instituições temos horário de visita, que à tarde é das 15h00 às 18h00, mas as pessoas não vêm às 15h00, vêm às 17h00 ou 17h30... e vem a família toda àquela hora, sendo que no resto do tempo não esteve lá ninguém. E, depois, não estão a dar atenção ao idoso, estão a falar entre si. E só não estão agarrados ao telemóvel porque aqui não há rede!”.

O Centro Social Paroquial de S. Martinho acolhe em ERPI 27 utentes, apoia 10 idosos em SAD e cuida de 2 em Centro de Dia, cumprindo a missão com um corpo de 20 funcionários.

E como seria S. Martinho Angueira sem o Centro Social Paroquial?

“Muito triste”, atira de pronto Fernanda Martins, nada e criada na aldeia sede da freguesia.

“Exatamente, um abandono completo”, corrobora Vítor Domingues, acrescentando: “Não conheci S. Martinho antes de o Centro cá estar, pois estou aqui apenas há 12 anos, mas neste tempo tenho notado uma diferença muito grande. Portanto, imagino como seria sem o Centro Social. As aldeias maiores de S. Martinho deviam ser as que menos gente tinham se não fosse o lar”.

Já a filha da terra sustenta: “Imagino apenas aquelas noites de inverno, que às quatro da tarde começa a escurecer e, a partir daí, nem cães se veem na rua. Se não estivesse aqui o lar, as pessoas teriam que ter ido para outro sítio. E isso acontecendo, o mais certo era os filhos, que estão em França, levarem-nos para lá. E se não tiverem que vir visitar os pais, também não vêm visitar a terra. Então, isto seria ainda mais deserto e triste”.



VACINA CONTRA A GRIPE

O melhor é mesmo prevenir...

Mais de meio milhão de idosos já se vacinaram contra a gripe, segundo dados do “Vacinómetro”, que destacam a subida da cobertura vacinal dos doentes crónicos e dos profissionais de saúde face ao período homólogo de 2018.

Os dados divulgados da primeira vaga do relatório “Vacinómetro”, que monitoriza a vacinação contra a gripe em grupos prioritários da época gripal 2019/2020, revelam que, desde o dia 15 de outubro, já se terão vacinado 573.195 portugueses com 65 ou mais anos e 133.299 com idades entre os 60 e os 64 anos.

“Do total da população estudada vacinada, que inclui maioritariamente pessoas para as quais a vacinação é gratuita, 19,7% adquiriu a vacina na farmácia, sendo que destas cerca de 80% vacinaram-se na farmácia”, refere em comunicado o “Vacinómetro”, promovido pela Sociedade Portuguesa de Pneumologia e a Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar, com o apoio da Sanofi Pasteur.

O relatório destaca “a evolução positiva, em termos de subida da cobertura vacinal”, face a igual período do ano passado, do grupo dos portadores de doença crónica, que registou a subida mais elevada (5,4%), seguido do grupo

dos portugueses com idades entre os 60 e os 64 anos (3,8%) e dos profissionais de saúde (3,1%).

Segundo os dados, já se vacinaram 28,8% dos indivíduos portadores de doença crónica, 24% dos profissionais de saúde em contacto direto com doentes e 20,6% dos portugueses com idades entre os 60 e os 64 anos.

Adiantam ainda que já se vacinaram 28,2% das pessoas com 65 anos ou mais anos, uma subida de 0,7% em comparação ao período homólogo do ano passado.

O principal motivo que levou os portugueses a vacinarem-se foi a recomendação do médico (62,5%), seguido da iniciativa própria, para estar protegido (16,5%).

Houve 14,5% que se vacinaram no contexto de uma iniciativa laboral, 4,5% porque sabem que fazem parte de um grupo de risco para a gripe e 1,7% por recomendação do farmacêutico.

O “Vacinómetro” permite monitorizar em tempo real, a taxa de cobertura da vacinação contra a gripe em grupos prioritários recomendados pela Direção-Geral da Saúde (DGS).

A época da vacinação contra a gripe arrançou no dia 15 de outubro em Portugal, que tem dois milhões de vacinas disponíveis, 1,4 milhões

para serem dadas gratuitamente a grupos de risco no SNS e cerca de 600 mil para venda em farmácias.

Além das vacinas disponíveis para administrar gratuitamente no SNS a pessoas nos grupos de risco (como idosos ou alguns doentes crónicos), haverá ainda mais de 600 mil doses nas farmácias e que podem ser compradas mediante receita médica, com comparticipação de 37%.

A DGS recomenda a vacinação aos profissionais de saúde e outros prestadores de cuidados, incluindo os bombeiros, bem como a pessoas entre os 60 e os 64 anos, grávidas e alguns doentes crónicos.

Este ano, pela primeira vez, as vacinas são tetravalentes, protegendo contra quatro tipos de vírus, quando até aqui protegiam para um máximo de três. A vacina tetravalente faz aumentar a probabilidade de o conteúdo da vacina coincidir com os vírus que vão circular e há a expectativa de a vacina ser mais efetiva.

A gripe é uma doença contagiosa e que geralmente se cura de forma espontânea. As complicações, quando surgem, ocorrem sobretudo em pessoas com doenças crónicas ou com mais de 65 anos.



OTIMIZE OS PROCESSOS administrativos e MELHORE A GESTÃO estratégica da sua instituição.

SOFTWARE ESPECÍFICO PARA A ECONOMIA SOCIAL

SALÁRIOS	UTENTES	SÓCIOS	PROCESSO INTEGRADO DO UTENTE	PROCESSO CLÍNICO E SOCIAL
TESOURARIA	CONTABILIDADE	STOCKS	REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS	APOIO DOMICILIÁRIO
CLÍNICA	BLOCO OPERATÓRIO	INTERNAMENTO	PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA	UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS
RECURSOS HUMANOS	IMOBILIZADO	MAILING	ESCALAS DE SERVIÇO	VIATURAS



ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS AO PROCESSO DE FATURAÇÃO DAS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL
 DECRETO-LEI N.º 28/2019 de 15 de fevereiro
 FALE CONNOSCO!!!

esocial
 NOVA PLATAFORMA WEB para a gestão dos processos administrativos, sociais e de gestão das organizações.
 100% WEB



LINO MAIA SOBRE O PROGRAMA DO GOVERNO

Há certa ignorância sobre a Cooperação e sobre o Sector Social de uma maneira geral

O Presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) tem dificuldades em compreender a ausência de referências à cooperação com o sector social no programa do novo governo. De resto, o documento não é muito generoso com o sector de uma maneira geral. É verdade que também não há lá nada contra, mas as instituições de solidariedade são aparentemente votadas a uma grande indiferença. Lino Maia crê, no entanto, que a nova ministra, Ana Mendes Godinho, tem características para recuperar rapidamente a evidente falta de experiência e conhecimento das pastas do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. O presidente da CNIS está preocupado com o futuro das instituições e, por isso, diz que o próximo desafio é a sustentabilidade. E o Estado, através do governo, tem que assumir as suas responsabilidades.



Há novo governo, programa eleitoral, novo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. O executivo não tem apoio de uma maioria parlamentar. A CNIS prevê alguma mudança significativa nos próximos tempos?

O que interessa são as políticas. Penso que para a CNIS isso é indiferente. Não é por aí que estou apreensivo. No passado recente havia mais ponderação no governo com o acordo que tinha com os outros partidos, mas fundamentalmente acho que não haverá grandes alterações.

Ana Mendes Godinho, a nova ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social não tem muita experiência...

Eu tenho a impressão de que é uma pessoa sensível que saberá ouvir e procurará boas soluções. Não estou apreensivo, embora reconheça que com o ministro que lhe precedeu já havia um grande conhecimento mútuo, trabalho em conjunto, mas não estou preocupado. Tenho-a por uma pessoa de boa vontade, sensibilidade, capacidade de ouvir, que até já demonstrou. A minha única preocupação é que havia já assuntos em agenda, calendários definidos e agora a mudança pode provocar algum protelamento. Pode haver, também, forças que queiram marcar terreno, forças que podem não estar em sintonia com as nossas preocupações e maneira de ser. Podem querer ter ascendente sobre o ministério. Mas estou confiante em relação à ministra.

A Secretaria de Estado da Ação Social vai para a Guarda, como vê esta situação?

Sou a favor da desconcentração. Olhando a que a Guarda representa o interior, pode até ser interessante. No fundo, o interior

associa a depressão, a pobreza, a desertificação e é onde nós temos instituições que tantas vezes são as únicas entidades prestadoras de serviço à comunidade e até os principais agentes económicos. São as instituições que mais emprego dão e que mais fazem pelas populações locais. Isso pode ter vantagens para uma secretária de Estado que começa uma atividade política em contacto com esta realidade.

Já falou com a nova ministra?

Sim, por iniciativa dela, logo depois de ter tomado posse. Fiquei encantado porque é uma pessoa sensível, sabe estar atenta, dialogar e ouvir. Estou otimista.

Achou surpreendente a forma como Vieira da Silva deixou a vida política?

Eu não tenho a veleidade de dizer que éramos amigos, mas tenho muito respeito por ele. Vinha percebendo que isso lhe ia acontecer. Foram 20 anos em que estive nesta área. É o ministro com mais anos no Ministério do Trabalho e é compreensível que tenha chegado a um momento em que se colocou na reserva. Não para voltar, mas ele será sempre um senador a quem temos de ouvir e que poderá, e certamente vai, prestar grandes serviços à comunidade. Precisamos de ter pessoas que conheçam, que saibam e que sejam vozes de referência. Ele vai ser isso. Não se retirou para ficar inativo nem para andar por aí a criar problemas. Retirou-se para dar lugar a outros e ser uma referência. Tenho muito medo de estarmos sempre sujeitos ao voluntarismo, a experiências sempre inovadoras e novas...

O que o preocupa mais no relacionamento com o governo nos próximos tempos. A cooperação?

Quando penso nos próximos tempos, penso que este sector é um pilar muito importante do Estado Social e é o principal agente de proteção social neste país. É importante que isto seja compreendido. A minha grande preocupação é a da sustentabilidade deste sector. Se este sector perigar, e não digo que isso não possa acontecer, nós teremos muitos problemas em Portugal. São idosos, são crianças, são pessoas com deficiência que estão dependentes da nossa atividade. A sustentabilidade é um desafio. Há boa gestão, há qualidade, há muito voluntariado, mas é importante que o Estado tenha em atenção que a sustentabilidade não depende exclusivamente da gestão. O Estado é responsável. Nos próximos anos é esta a grande preocupação. Continuando a privilegiar os mais carenciados, cada vez temos pessoas dependentes durante mais tempo, pessoas que não terão meios para suportar os custos, o Estado tem que estar atento, voltar para aqui o seu olhar. Esse é o grande desafio.

Foi aprovado o programa do governo. Do que conhece do documento que implicações se preparam para o Sector Social Solidário?

Neste programa de governo há um conjunto de desafios, de propostas, de políticas que considero positivas. Espero que não seja apenas um programa de boas intenções, mas



que seja para concretizar. Não fiquei muito contente por verificar que há uma espécie de ignorância sobre a Cooperação e sobre o sector de uma maneira geral. Não há lá nada contra, mas parece-me que brota de lá a ideia de que o Estado é que tem que fazer, o Estado é que tem que ser, o Estado é que tem que estar. Ignorando que o instrumento do Estado na proteção social são as instituições de solidariedade, mesmo sendo autónomas. Penso que no programa do governo isto não está claro. Há iniciativas políticas que considero positivas. O grande objetivo, neste momento, que temos que consensualizar em sede de diálogo, é o facto de se dotarem as instituições de meios para prosseguirem os seus fins. O Estado tem aqui fortes responsabilidades.

Mas há impactos no sector social que

constam do programa do governo. O aumento do salário mínimo, por exemplo.

Segundo o programa, em quatro anos, o salário mínimo vai aumentar até 2023 cerca de 150 euros, perto de seis por cento ao ano. É bom, é necessário e é capaz de não ser suficiente. Mas não é só o salário mínimo. Neste sector temos uma percentagem muito grande de trabalhadores que são atingidos sempre que há uma atualização. Mais de 50 por cento dos trabalhadores, em qualquer atualização de salário mínimo, são cobertos pelo novo valor. O salário médio é, de facto, baixo. Notamos neste momento, em algumas zonas do país, dificuldade em contratar trabalhadores porque são assediados por outros sectores que remuneram melhor. E eles são fundamentais para as IPSS. O trabalho não é fácil e devia ser melhor recompensado. Temos que estar atentos. Temos encontrado

nos sindicatos uma grande compreensão, porque o rendimento e as receitas das instituições não permitem uma remuneração justa. Por isso é que apelo a alguma compreensão, quando no programa do governo se fala da atualização de salário mínimo, mas também numa política salarial que deve ser adotada. Nós temos salários muito baixos. Era importante que ao longo desta legislatura tivéssemos como referência a atualização do salário mínimo, que andarà perto dos seis por cento ao ano, e que essa fosse também a atualização da cooperação para permitir melhor retribuição aos trabalhadores e assegurar a sustentabilidade das instituições. Para mim, é essa a orientação, 5/6 por cento ao ano durante quatro anos. Quando há mais de 20 anos foi celebrado o Pacto de Cooperação para a Solidariedade previa-se que nunca o Estado desceria dos 50% na comparticipação para o sector. Temos um estudo que mostra à evidência que, neste momento, não ultrapassa os 42% dos custos. Em algumas valências apenas cobre 38%. Se houver uma intenção de recuperar esta diferença para os 50%, penso que, não sendo ótimo, era um bom caminho.

Julga que, se não houver essa consideração por parte do Estado, pode estar perto o momento de rutura estrutural deste modelo de sustentabilidade das instituições?

Temo. Em alguns sectores da sociedade portuguesa, designadamente partidos, ainda olham muito para estas instituições como instituições de caridade. E pensam que elas fazem coisas fantásticas, porque querem e porque têm meios. Não há a consciência de que são não só um pilar do Estado Social, como são responsáveis por 80% do que se faz de ação e proteção social direta. São números oficiais. Se elas não fizerem o que fazem teremos muitas pessoas abandonadas. Haverá idosos, crianças, pessoas com deficiência sem qualquer proteção. O Estado fez uma opção que eu considero correta. Verificando a génese, a história, o conhecimento, a competência e o envolvimento deste movimento, o Estado confiou-lhe grande parte das suas obrigações na proteção social. Agora não pode esquecer isso. Se este sector colapsar parte do Estado também colapsa. E eu temo o efeito de contágio. Se alguma instituição falir, por causa da situação difícil que enfrenta, pode haver um efeito de contágio perigoso.

O Estado é ingrato em relação ao Sector Social Solidário?

O Estado também tem dificuldades. Como encontra neste sector muita boa vontade, muita capacidade, vai confiando, nem sempre assumindo as suas responsabilidades. Eu também tenho que reconhecer que o Estado não tem fechado os olhos. O compromisso de cooperação que foi assinado há poucos meses dá sinais muito positivos e é o reconhecimento de que o Estado tem consciência do nosso valor e importância.

Em entrevista ao Solidariedade, o ex-ministro Vieira da Silva dizia que um dos problemas do sector é que as famílias não estão



a cumprir na comparticipação devida...

Concordo com Vieira da Silva, mas sei que há sempre a tendência para atirar as culpas para outros. Instalou-se na sociedade portuguesa a ideia de que o Estado é que comparticipa, paga, é responsável e as instituições apenas recebem o dinheiro. Nos anos da crise acentuada houve muita gente no desemprego, diminuição de rendimento e houve menor contribuição para as IPSS. As famílias deixaram de contribuir e agora não querem recuperar a parte que lhes cabe. O Estado comparticipa com cerca de 40%, as famílias contribuem com 33%. Há aqui um desequilíbrio. Isso também prova que as instituições privilegiam os mais carenciados. Era fácil se as IPSS fizessem a seleção dos utentes em função dos rendimentos.

E o Instituto da Segurança Social (ISS) está mais exigente nas fiscalizações?

Claramente. É importante o acompanhamento, a fiscalização, as contas certas. O problema é que o ISS é cada vez mais um algoz, sempre à procura do que está mal. Não é um parceiro que acompanha, ajuda e colabora. No compromisso de cooperação previa-se a criação de equipas técnicas que ajudassem as instituições e havia uma mudança sobre o acompanhamento, fiscalização, inspeção. Temo que agora haja um compasso de espera e não entre já em execução.

Com o novo ministério pode até acontecer um reforço do papel do ISS?

Pode. Eu acredito e espero que não. Mas há o risco de haver um zelotismo exagerado. Eu sou a favor do zelo, mas sou contra o zelotismo.

JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista



Sobre um pensamento de Jorge de Sena

Este ano comemora-se o centésimo aniversário de Jorge de Sena que nos deixou uma obra colossal. É da sua autoria a seguinte frase: “*A verdadeira dimensão do humano não deveria ser rebaixada pelo protagonismo medíocre da incompetência e dos arrivistas*”. Nestas palavras está implícito um conceito de sociedade em que os valores da ética e do mérito deveriam ser as âncoras mais robustas dos protagonistas das políticas públicas, nos governos, na gestão das empresas e, por maioria de razão, nas instituições de carácter social.

A realidade dos dias de hoje evidencia que se está muito longe desse desiderato, mas o pior é que se sente que esses valores cívicos estão cada vez mais ausentes nos comportamentos dos nossos dirigentes.

Dir-me-ão que é um problema de educação. Também o é. Mas não chega.

A questão é mais de fundo e tem a ver com a hierarquia de valores.

O maior erro civilizacional tem sido o de colocar os bens materiais na hierarquia de valores como o elemento fundamental e prioritário para a conquista da felicidade. Foi este erro que conduziu a que 80% da riqueza produzida no mundo vá parar a 1% da população e que metade da população mundial viva com um rendimento diário entre 2 e 10 dólares.

1% da população mundial mais rica ficou com

27% do crescimento do rendimento global realizado entre 1980 e 2016, enquanto a metade mais pobre ficou com 13% desse rendimento.

A distância que separa o bilião das pessoas mais ricas do mundo do bilião das mais pobres não para de aumentar. Cada ano que passa o bilião dos mais pobres está a rondar o nível de subsistência e muitos estão mesmo abaixo desse nível, enquanto o bilião dos mais ricos, em cada ano que passa, são cada vez mais ricos.

O aumento desta distância pode ser confirmado pelos contrastes flagrantes que se verificam a nível de nutrição, educação, tipos de doenças, dimensão das famílias e esperança de vida.

As Nações Unidas anunciaram que, no planeta, 862 milhões de pessoas estão subnutridas, muitas delas com fome, enquanto um maior número, cerca de 1,6 biliões, sofrem de ingestão de excessivas calorias.

A fome é a face mais visível da pobreza e a dimensão do fenómeno é aterradora porque, no mundo, são 18 mil crianças que, por dia, morrem de fome.

A questão do aumento das desigualdades é assim a face mais visível do declínio do nosso tempo.

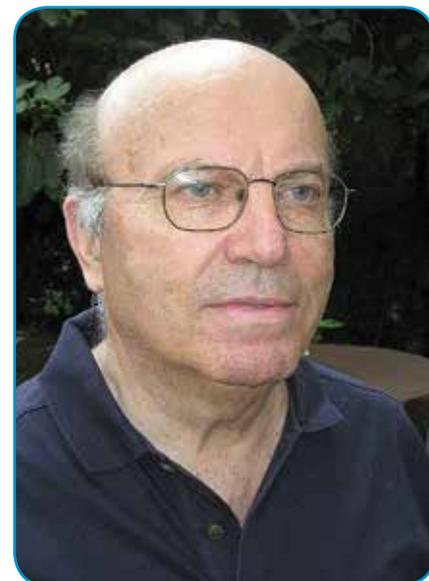
Mesmo na Europa, que foi o continente que serviu de berço aos grandes movimentos culturais e políticos que enformaram sociedades equilibradas e livres e que cultivou um ideal de homem médio

que recusa tanto a escravização como a sua deificação, os extremos da miséria e os extremos da riqueza acentuam-se e são preocupantes os sinais de perda de pujança da classe média. Pior, começa a ser mais claro que, mesmo na Europa, é a capacidade de dar e receber afetos que escasseia nas relações sociais e sem essa capacidade não pode haver lugar nem à responsabilidade, nem à liberdade, valores essenciais de uma sociedade civilizada.

Sem responsabilidade nem liberdade não há lugar nem ao mérito nem à ética. É aí que o terreno para a mediocridade e para os arrivistas medra mais facilmente.

E aqui têm como umas poucas palavras de Jorge de Sena levaram a que o meu pensamento divagasse sobre o que são hoje os grandes desafios do nosso tempo.

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt



América Latina: de novo em foco

Houve tempos em que a América Latina constituía um tema importante e recorrente no espaço que os Meios de Comunicação dedicavam à vida política internacional. Isso aconteceu quando a União Soviética e os Estados Unidos da América disputavam a hegemonia mundial, a nível político e militar. A América Latina era um dos campos privilegiados dessa guerra que passou à História com o nome de Guerra Fria.

Actualmente, a relação entre as duas únicas superpotências de então mudou significativamente, podendo dizer-se que os Estados Unidos e a agora chamada Federação Russa já não são propriamente inimigos figadais. Hoje, são “apenas” adversários, embora a sua relação seja sempre marcada pela desconfiança mútua e pelas sequelas do tempo em que se defrontavam perigosamente em várias regiões do mundo. Desse tempo de confrontação ficaram ainda relações que foram resistindo às transformações políticas que mudaram, mais ou menos profundamente, o rosto desses países, como aconteceu na América Latina. O exemplo mais emblemático e mais polémico dessa mudança terá sido o Brasil de Jair Bolsonaro.

Para além de Cuba e da Venezuela, que ocupam permanentemente um lugar cimeiro no noticiário internacional, outros países da América

Latina estiveram particularmente em foco nas últimas semanas, e começamos por referenciar três: a Bolívia, a Argentina e o Chile. Os dois primeiros, por via da realização de eleições e o terceiro por causa de manifestações populares contra o aumento do preço dos bilhetes do Metro. No caso da Bolívia, e como acontece frequentemente em países onde se confrontam eleitoralmente partidos ou movimentos claramente divididos por ideologias opostas, os problemas tiveram origem numa demorada e polémica contagem de votos que acabaria por dar a vitória ao actual presidente Evo Morales, o primeiro indígena a chegar à presidência do país, oriundo ainda por cima de uma área socialista. Ora acontece que o seu principal apoiante na América Latina era precisamente Nicolas Maduro, e isso seria suficiente só por si, para justificar as muitas acusações de fraude eleitoral invocadas pelos seus opositores, até porque a contagem do voto conheceu episódios que, pelo menos aparentemente, poderiam justificar essas acusações. Uma coisa parece certa: nos próximos tempos, a Bolívia não irá gozar, muito tempo, de paz social.

O caso da Argentina é bem diferente. Também ali se realizaram eleições e, neste caso, não houve notícias de incidentes, nem se fizeram ouvir acusações de fraude. Foi um exemplo de verdadeira

convivência democrática a passagem de testemunho presidencial, é certo. Só que os dramáticos problemas financeiros, económicos e sociais que a Argentina enfrenta não serão resolvidos só pelo regresso do peronismo ao poder.

Finalmente, temos o Chile que, um pouco inesperadamente, conheceu durante alguns dias, a experiência de manifestações que foram reprimidas inicialmente com uma força que terá ultrapassado os limites do razoável, isto num país democrático e apontado como exemplar no contexto da América Latina. Foi um breve período de crise social a que o governo respondeu com uma estratégia de recuos e cedências que, para já, evitaram o pior. Mesmo assim, não falta quem tema pelo futuro próximo da América Latina. Mais uma vez...

HENRIQUE RODRIGUES*Presidente do Centro Social de Ermesinde*

Hay Gobierno? Soy contra!

1 - É célebre a expressão, atribuída por uns a Che Guevara, por outros a um anarquista mexicano, que constitui o título desta crónica: Hay Gobierno? Soy contra!

Claro que se trata de uma utopia, a de um território sem poderes do Estado e deixado à livre regulação dos indivíduos, como é da tradição anarquista.

E as utopias, sobretudo quando pretendem organizar a vida de uma sociedade, têm-se transformado em regra em universos concentracionários, onde, a pretexto de um futuro radioso, que todavia nunca chega, se sacrificam as liberdades dos que vivem no presente.

No entanto, e aceite o predomínio da razão crítica, não deixa de nos permanecer no espírito essa espécie de memória primordial e o sabor desse veneno de uma liberdade individual sem outro limite do que os outros e a sua própria liberdade.

De modo que tenho procurado manter como regra individual essa espécie de dúvida metódica sobre os méritos ou os deméritos dos diversos Governos que, consoante os turnos, me têm pastoreado – nem sempre me conduzindo a verdes prados, é certo ...

E aplico-lhes os critérios com que escolho os melões da minha terra, chamados de “casca de carvalho” – caríssimos (como os Governos), em regra abóboras (como os Governos), de vez em quando “au point” (como raramente os Governos).

Mas só se sabe que classificação lhes cabe, abrindo-os e experimentando-os.

Desde 1975 que cumpro, com religiosa perseverança, o dever e o prazer de votar – em todas as eleições.

Tenho variado muito, ao longo dos anos, nas minhas escolhas: as expectativas são, em regra, escassas e castigo mais do que premeio.

Algumas vezes, tenho escolhido o vencedor, que tem formado Governo.

É com esses que sou mais exigente; mas não há maneira de ficar depois satisfeito com o desempenho – e toca a defenestrá-lo na primeira oportunidade.

De qualquer modo,louvaminhas a quem manda já há muito quem faça – e com proveito: esses que promovem a pitonisas os governantes, mal estes tomam posse, da boca dos quais passam a só sair pérolas ou dogmas, verdades indiscutíveis, sob pena de

excomunhão.

Mesmo que sejam notórios disparates.

Prefiro, pois, ficar do lado da crítica, da reticência, da contradição – do “doce veneno da dúvida”, como lhe chamava David Mourão-Ferreira.

2 – Por cá, temos Governo novo, com programa por estrear.

O PS abandonou os seus “compagnons de route” dos últimos quatro anos, passando a governar à vista, à moda dos novos costumes sociais e familiares: em vez do casamento da Geringonça, união de facto: sem papéis.

A formulação e estrutura do Programa de Governo apresentado e aprovado no Parlamento apresenta muitas diferenças relativamente ao anterior; digo melhor, aos anteriores.

Parece muito proclamatório, com excessiva componente retórica e com muita vacuidade em matéria de substância.

No entanto, como os Programas de Governo não são para cumprir, mas apenas para desobriga do preceito, daí não virá mal ao mundo ...

Como escrevi acima, e como sucede com os melões, só depois de abertos é que se lhes conhece o sabor e o cheiro.

Há, no que me parece adequado resumo, dois tópicos que assumem particular relevo: a questão do abandono e desertificação do interior do País, e a vontade de reverter esse caminho; e a questão das alterações climáticas, que constitui hoje preocupação universal e que é tratada transversalmente – palavra hoje muito na moda quando se prometem generalidades.

Deixo para uma próxima crónica o que penso sobre a reanimação do Portugal Antigo, e o papel da regionalização para uma verdadeira devolução de poderes.

Quanto ao enunciado no Programa do Governo no que toca às alterações climáticas, ele representa a preocupação com o futuro a médio e longo prazo, prevendo-se a degradação das condições de vida dos nossos filhos e netos.

Trata-se, certamente, de um diagnóstico respeitável; mas a capacidade e a vontade de intervenção do Governo nesse domínio será porventura escassa.

Por um lado, trata-se de um fenómeno com

origem no modelo global do desenvolvimento do capitalismo, a nível mundial, e dos efeitos que o aumento da produção industrial, designadamente na China, causará no clima mundial – em benefício da saída da pobreza extrema de milhões de chineses.

Por outro, e como é típico das democracias liberais, os Governos têm ciclos de vida curtos – em Portugal, quatro anos –, sendo difícil abraçar causas cujos efeitos só serão apercebidos a médio ou longo prazo, já há muito terminado o mandato do Governo em causa.

Os Governos trabalham para as eleições seguintes; e esse modo de actuação é pouco compatível com um tempo longo para os resultados.

3 – Por outro lado, a enunciação dessa preocupação com o mundo que vamos deixar à nossa descendência constitui um tópico perene.

É certo que a antevisão que hoje fazemos do futuro é mais catastrofista do que a que os nossos pais faziam para o nosso tempo.

Como diz, e bem, o Bloco de Esquerda – secundado por Rui Rio –, não há planeta B.

Mas já este pessimismo – temperado com a esperança –, quanto ao futuro, atravessava o tempo da geração que nos precedeu.

Faz por estes dias 100 anos que nasceu Jorge de Sena; que, na “Carta aos Meus Filhos Sobre os Fuzilamentos de Goya”(x), escreveu: “Não sei, meus filhos, que mundo será o vosso.

É possível, tudo é possível, que ele seja Aquele que eu desejo para vós /.../ Um mundo em que tudo seja permitido, conforme o vosso gosto, o vosso anseio, o vosso prazer,

o vosso respeito pelos outros, o respeito dos outros por vós.

/.../ E, por isso, o mesmo mundo que criemos

nos cumpre tê-lo com cuidado, como coisa que não é só nossa, que nos é cedida para a guardarmos respeitadamente em memória do sangue que nos corre nas veias, da nossa carne que foi outra, do amor que outros não amaram porque lho roubaram.”

(Jorge de Sena, *Metamorfozes*, poema escrito em Junho de 1959)

DIA NACIONAL DA PARALISIA CEREBRAL

Guimarães acolheu as comemorações ao longo de três dias

Assinalou-se a 20 de outubro o Dia Nacional da Paralisia Cerebral e, por iniciativa da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC) e da Associação de Paralisia Cerebral de Guimarães (APCG) foram muitas as iniciativas realizadas na cidade-Berço.

Do programa fizeram parte, entre outras iniciativas, uma sessão de Jogos com Barreiras, workshops, visitas ao centro histórico de Guimarães, a «Gala dos Afetos» e, no Dia Nacional da Paralisia Cerebral, a conferência «Inclusão social e o papel das organizações da sociedade civil», para além de uma sessão solene comemorativa da data.

Os AppSound foram os grandes animadores da noite que contou com uma maciça presença de público que lotou o Pavilhão Multiusos de Guimarães. Foi um momento de enorme partilha e comunhão, que serviu ainda para assinalar os 25 anos da Associação de paralisia Cerebral de Guimarães.

Abílio Cunha, presidente da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral, sublinha que, “mais do que uma data, há que se assinalar este assunto com a implementação de políticas efetivas, transversais e abrangentes”.

Sobre a paralisia cerebral – mais do que sobre a data –, Abílio Cunha realça que “as pessoas com paralisia cerebral ainda continuam a fazer parte dos milhões de seres humanos (pessoas com deficiência) que insistem e persistem em ‘desativar’ os trilhos padronizados”.

Números que representarão, quantificando, cerca de 15% da população mundial (segundo a Organização Mundial de Saúde). Mas de igual forma, o responsável da FAPPC lamenta que “estes 15% de pessoas continuem a ser impedidos de participar e de dar o seu pleno contributo”, destacando, como justificação, “a exclusão ou



discriminação, por razões rápidas e simplistas, ancoradas no suposto ‘bem comum’... e tem uma certa tendência para esquecer os mais fracos ou os não padronizáveis”.

Abílio Cunha elenca, como “anseios para concretizar tão breve quanto possível”, o pleno exercício do direito de voto de uma forma secreta e autónoma, a “eliminação de bloqueios e preconceitos que impedem que alguns de nós não consigam aceder aos meios de subsistência garantidos pelo trabalho” ou, referindo um exemplo mais recente, “a redução no preço dos transportes públicos” e a implementação, no Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), “de soluções que contemplem referência à obrigatoriedade de acessibilidades nos transportes contratualizados”.

A Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral congrega 18 associadas sedeadas no território continental e nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores, representando cerca de 20 mil pessoas com paralisia cerebral e respetivas famílias.



FUNDAÇÃO BEATRIZ SANTOS, COIMBRA

«Bem-estar, Saúde, Cognição e Desenvolvimento» em congresso internacional

Entre os dias 28 e 30 de novembro de 2019 decorrerá na Fundação Beatriz Santos, em Coimbra, o Congresso Internacional Bem-Estar, Saúde, Cognição & Desenvolvimento, um evento científico e social, organizado numa parceria entre a unidade de I&D da Universidade de Coimbra/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social (IPCDHSUC) e a Fundação Beatriz Santos.

O propósito dos três dias de trabalho é partilhar informação e promover a reflexão sobre novos modelos e estratégias de intervenção no bem-estar e na saúde das pessoas, especificamente em momentos fundamentais do

seu desenvolvimento como seres humanos. Especificamente a partir de novas conceções da cognição e da mente humana.

Numa perspetiva de diversidade, estão previstas palestras, cursos, atividades culturais e lançamento de livros. Estarão presentes especialistas nacionais e internacionais, que para além da sua solidez científica, possuem uma visão de empreendedorismo social de grande inovação e aplicabilidade prática.

O grande objetivo da organização é que no final dos trabalhos todos sejam capazes de responder com mais fundamentação e satisfação a questões do dia-a-dia científico e profissional, tais como: «De que forma pode a nossa

infância e juventude ser mais harmoniosa, através de uma visão ecológica do desenvolvimento humano?»; «Como pode o nosso corpo contribuir para robustecer a nossa capacidade de aprendizagem, ou mesmo restaurar as nossas funções cognitivas no processo de envelhecimento?»; «Como poderão as novas tecnologias assistirem-nos quotidianamente perante os desafios de um mundo exigente, e mesmo em situações de reabilitação?»; «Como poderemos desenhar novos ambientes organizacionais na escola, na saúde, etc. mais eficazes do ponto de vista afetivo e cognitivo?»; «Como pode a arte e a cultura promover a saúde e o bem-estar?».

ASSOCIAÇÃO ALZHEIMER PORTUGAL, LISBOA

«Viver melhor com demência, em nossa casa» é a temática da Conferência Anual

No próximo dia 29 de novembro, a Associação Alzheimer Portugal, irá organizar, em parceria com a Associação de Unidades de Cuidados na Comunidade e a Ordem dos Enfermeiros, a sua Conferência Anual, que terá lugar entre as 9h00 e as 17h30, no Hospital Magalhães Lemos, no Porto.

Dirigida, fundamentalmente, a cuidadores, profissionais e familiares, a instituições prestadoras de cuidados e a estudantes universitários, a conferência deste ano pretende, acima de tudo, constituir-se como uma oportunidade para divulgar as boas práticas existentes no nosso país na área das demências, promover a partilha e as sinergias entre as diferentes entidades, projetos e respostas do terreno.

O programa inclui convidados de reconhecido mérito e competência, que irão abordar temáticas de grande pertinência, como seja

«Da Estratégia Nacional aos primeiros Planos Regionais: um percurso baseado na cooperação», por António Leuschner; «Viver melhor com demência na comunidade, a importância da colaboração intersectorial», com a apresentação de algumas práticas já implementadas; «Viver melhor com demência na comunidade, boas práticas da colaboração internacional», com a partilha de algumas experiências; «Viver melhor com demência na comunidade, boas práticas comunitárias», onde serão apresentados diversos projetos em curso de norte a sul de Portugal.

Haverá ainda um momento para a apresentar a campanha «Amigos na Demência», a cargo de Tatiana Nunes, da Alzheimer Portugal, encerrando a sessão com a apresentação das conclusões, pelo Professor Alexandre Castro Caldas.

PRÉMIO BPI SENIORES

Projetos de 27 instituições de todo o país bafejados com 750 mil euros

Combater o isolamento em contexto rural e urbano, promover o envelhecimento ativo, dinamizar encontros intergeracionais, promover serviços aos idosos que estão em suas casas e apostar na prevenção na saúde são só alguns dos objetivos dos 27 projetos distinguidos no âmbito da 7ª edição do Prémio BPI «la Caixa» Seniores.

Através do Prémio BPI Seniores foram atribuídos 750 mil euros a esses projetos destinados a promover a integração social e o envelhecimento ativo, saudável e em casa, de pessoas com idade superior a 65 anos em situação de vulnerabilidade social.

Os cuidadores informais também foram alvo de especial atenção do júri presidido pelo Professor António Barreto. É que, segundo estimativas da EuroCarers, existem cerca de 827 mil cuidadores informais em Portugal, ou seja, pessoas com relação familiar ou não, que prestam assistência em contexto familiar e que de forma não remunerada asseguram a nobre tarefa de cuidar de alguém em situação de dependência. Os projetos distinguidos nessa área pretendem prestar apoio psicológico, capacitar e melhorar a qualidade de vida dos cuidadores, com reflexos diretos no bem-estar dos dependentes.

O envelhecimento da população é um dos maiores desafios que se coloca a Portugal. Segundo dados do PORDATA, o país tem um rácio de 157 idosos para cada 100 jovens, refletindo um ritmo acelerado de envelhecimento da população na última década. Esse crescimento

também se verifica no índice de dependência, que se situou, em 2018, nos 33,6%.

Para além disto, de acordo com o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2017, o risco de pobreza entre a população com mais de 65 anos subiu para os 17,7% (mais 0,7% face ao ano anterior).

Esta é realidade que o Prémio Seniores pretende ajudar a contrariar, apoiando projetos de instituições privadas sem fins lucrativos.

Nesta edição 2019, as instituições distinguidas foram: Associação das Cozinhas Económicas Rainha Santa Isabel; Associação de Solidariedade Social de Ponte de Sor; Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Leça do Balio; Associação Humanitária Os Amigos de Colmeias; Associação Paços 2000; Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer; Casa do Povo de Vilarinho dos Freires; Centro Comunitário de Esmoriz; Centro de Bem Estar Social de Vale de Figueira; Centro Humanitário de Macieira de Rates; Centro Paroquial de São Bernardo; Censo - Centro Social Cultural e Recreativo das freguesias de Messegães, Valadares e Sá; Centro Social da Paróquia de S. Salvador de Grijó; Centro Social do Vale do Homem; Centro Social e Cultural de S. Pedro do Bairro; Centro Social Paroquial da Lourinhã; Centro Social Paroquial de Nossa Senhora do Amparo de Benfica; Centro Social Paroquial de Requião; Centro Social Paroquial São Romão de

Carnaxide; Centro Social, Cultural e Recreativo de Carregosa; Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Coimbra; Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Resende; Probranca - Associação para o Desenvolvimento Sócio-Cultural da Branca; Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra; Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra; Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Rodão; e STC - Associação Serve the City Portugal.

Os projetos receberam em média cerca de 27.800 euros para promover a integração social e o envelhecimento ativo, saudável e em casa.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL



- | | | | | |
|------------|-------------|-----------|-------------------------|---------------------------------------|
| SINAL MAIS | GERTAL ITAU | SOGENAVE | STRONG CHARON | UPK |
| B2B | CERGER | FEB CAFÉS | IBERLIM | PAPIRO |
| VIVAMAIS | SERDIAL | BIOSOG | TICKET SERVIÇOS FLEXBEN | A TEMPORÁRIA A TEMPORÁRIA OUTSOURCING |

A Trivalor, composta por mais de 15 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua Instituição.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em *Business & Facility Services*.



Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

STRONG CHARON
Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

www.trivalor.pt

RUA DA GARAGEM, Nº 10 - 2790-078 CARNAXIDE
TELEF: 210 420 005 / 210 420 808
FAX: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT



TRIVALOR

INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA

IAC reclama aprovação de Estatuto da Criança Vítima

A presidente do Instituto de Apoio à Criança (IAC) disse que uma das principais reivindicações a fazer nesta legislatura é a discussão e aprovação de um Estatuto da Criança Vítima, como já existe para as mulheres.

A criação do Estatuto de Criança Vítima “é uma matéria que merece uma reflexão. O facto de se ter aprovado o estatuto para a mulher que é vítima mostra que foi considerado que este é vantajoso, e porque é que não é vantajoso para a criança, porque é que é inútil para a criança?” disse Dulce Rocha no final de uma cerimónia de comemoração dos 30 anos da Convenção Sobre os Direitos da Criança, que decorreu no auditório da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, juntando várias dezenas de especialistas ligados a esta área e que contou com a presença da ministra da Justiça.

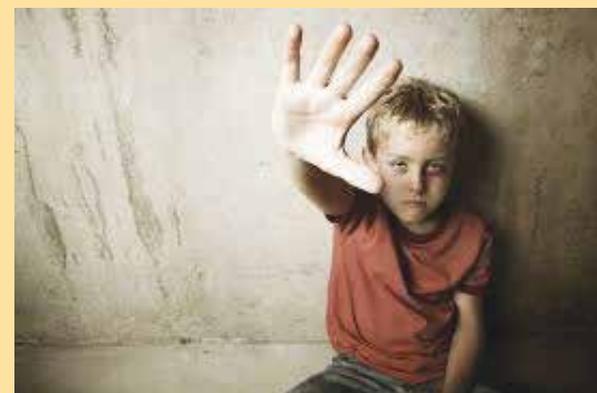
Dulce Rocha sublinhou que se a maior parte dos casos de intervenção das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens são com crianças que assistiram ou que vivenciaram situações de violência doméstica, isso “também é motivo para serem consideradas vítimas nos termos da Convenção de Istambul”.

Durante a cerimónia foi “apresentado publicamente” o Conselho Consultivo do IAC, um órgão de reflexão que congrega cerca de 300 especialistas em diversas áreas relacionadas com este problema.

“Foi criado o Conselho Consultivo porque os assuntos atualmente são tão complexos que vale a pena juntar um conjunto de personalidades com sensibilidades diferentes, interdisciplinares (juristas, magistrados principalmente, mas também psiquiatras, pediatras, sociólogos, psicólogos, entre outros) que vêm pronunciar-se sobre assuntos importantes” disse a presidente do IAC.

“Pretendemos desenvolver a formação interna, que reconhecemos ser indispensável para respondermos cada vez com mais qualidade aos novos desafios que se nos colocam”, afirmou, acrescentando que é necessário “refletir e debater com mais tempo um conjunto de temas muito sérios e atuais sobre a forma de tornar mais efetivos os direitos da criança”.

Dulce Rocha lembrou que o IAC já tinha experimentado de alguma forma órgãos que



foram precursores deste, “mas eram demasiado informais e sem aquela continuidade que dá às instituições a coerência necessária para se afirmarem”.

A presidente do IAC disse que “não basta só a audição da criança, mas também é necessário escutá-la com vista ao respeito pela sua opinião, pela sua vontade, porque assim a participação é mais envolvente”, uma das perspectivas que foi passada no encontro, que “serviu para refletir e pensar o futuro”.

SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE DE 1995

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO. AS PESSOAS PRECISAM DE SI.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

SOFTWARE IPSS

SECTOR ECONOMIA SOCIAL

- CONTABILIDADE ESNL
- IMOBILIZADO ESNL
- MÓDULO ORÇAMENTOS
- LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
- UNIDADES DE SAÚDE
- GESTÃO DE IMÓVEIS
- ORDENADOS

- UTENTES IPSS
- UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)
- PROCESSOS CLÍNICOS UCC
- PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL
- CONTROLO DE PRESENÇAS
- ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

- SISTEMA INTEGRADO DE TESOUREARIA
 - TSR - Utentes
 - TSR - Bancos
 - TSR - Associados
 - TSR - Rendas
 - TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores
- PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO SPMS)
- RECEITAS SEM PAPEL

entre outras

ASSISTÊNCIA REMOTA
Via internet

ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita

INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

+ DE 40
APLICAÇÕES

+ DE 900
CLIENTES

100%
CLIENTES SATISFEITOS

GRÁTIS
DEMONSTRAÇÕES SEM COMPROMISSO

MORADA
Rua dos Cutileiros, 2556
4835-044 Guimarães

TELEFONE | +351 | 253 408 326
TELEMÓVEL | +351 | 939 729 729

ENCONTRE-NOS EM
www.tsr.pt **tsr@tsr.pt**



PROGRAMA DO GOVERNO

Plano de ação para o envelhecimento populacional

O Governo quer definir um plano de ação para o envelhecimento populacional, “com um leque estruturado de respostas para as transformações que ocorrem nesta fase da vida”, segundo o programa do executivo.

O Governo propõe-se a apostar na criação de um mecanismo de reforma a tempo parcial, como forma de promoção do envelhecimento ativo e de permanência no mercado laboral, num quadro de desagravamento das horas de trabalho e de definir áreas específicas para contratação de cidadãos seniores na Administração Pública.

Para o efeito, pretende “conceber diversos programas de dinamização para cidadãos sénior, em função de distintos perfis, que permitam a cada pessoa definir projetos de vida para a sua reforma, colocar a sua disponibilidade de tempo ao serviço da comunidade e, deste modo, encontrar novas formas de realização pessoal”.

“Promover programas de voluntariado sénior, bem como apoiar iniciativas da sociedade civil, como as Universidades Sénior”, é outra das propostas.

Para a legislatura, o executivo liderado por António Costa quer “criar formas de atendimento personalizado para cidadãos seniores na prestação de serviços públicos, nomeadamente através da prestação destes serviços em local escolhido pelo cidadão”.

Outro dos pontos importantes é “aprovar uma estratégia nacional de combate à solidão, prevendo um conjunto diversificado de medidas, ajustadas aos diferentes contextos demográficos e meios socioeconómicos, para atenuar o flagelo social que afeta sobretudo os mais idosos”.

Na área da saúde para a terceira idade, quer promover uma maior integração de cuidados, centrada nas pessoas, através de um plano individual de cuidados que permita, relativamente a cada paciente, o acompanhamento das suas

múltiplas patologias e a tomada de decisões partilhadas.

Para isso será necessário “implementar a figura do gestor do doente crónico, através de projetos-piloto, prevenindo descompensações e hospitalizações evitáveis”

“Incentivar as boas práticas nas unidades de cuidados primários e hospitalares, tendo em vista a redução de internamentos hospitalares evitáveis e dos efeitos adversos relacionados com os cuidados de saúde (infecção, quedas, úlceras de pressão, entre outras)”.

“Duplicar o ritmo de investimento nas respostas de cuidados continuados integrados, garantindo a disponibilização de mais camas de internamento e a implementação de todas as tipologias previstas na rede até ao final da legislatura”, é outro dos objetivos.

Outro dos objetivos é “dinamizar o cluster da saúde, estimulando a inovação e criando condições para alavancar soluções de assistência à autonomia no domicílio, em estreita ligação com a Segurança Social” e melhorar as respostas públicas de cuidados domiciliários, designadamente “através da modernização e reforço dos meios ao dispor dos profissionais de saúde que os asseguram”.

Reforçar as respostas de cuidados continuados, em articulação com o setor social é outra das promessas, assim como “promover respostas de saúde e bem-estar integradas e inteligentes, através da aposta na cooperação entre o Serviço Nacional de Saúde (SNS) e a Segurança Social.

“Reforçar as soluções de transporte de doentes, nomeadamente promovendo parcerias estratégicas entre os serviços centrais e locais de saúde, autarquias e setor social” é outra das propostas, assim como “investir numa maior literacia em saúde por parte da população com mais de

65 anos de idade, capacitando-a para a gestão da sua saúde e para a utilização efetiva dos recursos e respostas existentes no SNS”.

Outra proposta importante é “proteger os idosos em situação de dependência ou isolamento”, criando um sistema de identificação e sinalização das pessoas a viver em situação de vulnerabilidade associada ao envelhecimento, para efeitos de vigilância específica sediada nos cuidados de saúde primários

“Inovar nas respostas para as questões da dependência e do isolamento, tanto em contexto urbano como rural, reforçando não apenas a rede de equipamentos e serviços já existentes, de preferência em contexto intergeracional, mas também apostando na criação de modelos intermédios de apoio, que respeitem a autonomia potencial das pessoas, mas garantam redes de acompanhamento, quer de proximidade, quer de contacto à distância, combinando os modelos formais com os cuidados informais” é mais uma das intenções.

O documento fala ainda em “desenvolver um sistema integrado de sinalização de idosos isolados, associado a uma garantia de contacto regular, em parceria e estimulando o voluntariado social”.

“Desenvolver, no âmbito do apoio à dependência, modelos de assistência ambulatória e ao domicílio, em parceria com a saúde” é igualmente proposto.

Para o efeito, propõe-se “criar um novo serviço no SNS, nomeadamente através da utilização de novas tecnologias para a monitorização do estado de saúde de pessoas idosas para, numa base estritamente voluntária e com absoluta proteção da privacidade, assegurar um acompanhamento de proximidade e de emissão de alertas de urgência relativamente à saúde de pessoas idosas que habitem em situações de isolamento”.

COMPLEMENTO-CRECHE

Governo promete comparticipação a famílias com mais de um filho

O Governo vai criar um complemento-creche, atribuindo a todos os cidadãos que tenham filhos nas creches “um valor garantido e universal” como comparticipação no preço que as famílias pagam pela creche a partir do segundo filho.

A medida, que consta do programa do Governo, pretende oferecer melhores condições para a decisão dos pais em terem mais filhos, uma vez que, lembra o executivo, “em Portugal, o número de horas de trabalho semanais é dos mais elevados e persistem ainda desigualdades significativas entre homens e mulheres na repartição do trabalho não pago e na conciliação entre trabalho e família”.

O Governo também quer incentivar os grandes empregadores, com estruturas intensivas em mão-de-obra, a “disponibilizar equipamentos ou serviços de apoio à infância aos respetivos trabalhadores”.

Promover um programa de alargamento das respostas sociais de apoio à família, em particular para a infância e com especial incidência nas áreas metropolitanas, onde a cobertura da rede tem maiores fragilidades, alargando da rede de creches, também consta das propostas do executivo.

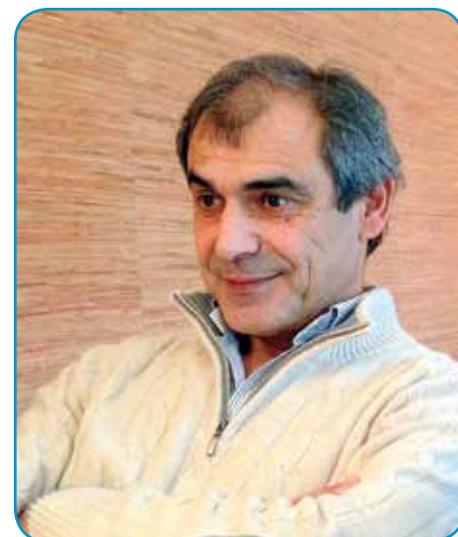
Outras promessas são a universalização do ensino pré-escolar e a garantia de que, no pré-escolar, é dada a possibilidade a todas

as crianças até aos 3 anos de dormirem a sesta.

O Programa do XXII Governo Constitucional é um documento com 191 páginas no qual é apresentado um capítulo com quatro objetivos de curto e médio prazo, denominado “Boa Governação: Contas certas e convergência, investimento nos serviços públicos, melhoria da qualidade da democracia e valorizar as funções de soberania”. Após este primeiro ponto, o programa está depois dividido por quatro áreas temáticas: alterações climáticas, demografia, desigualdades, e sociedade digital.

O programa do Governo foi discutido e aprovado na Assembleia da República.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



Em defesa da tributação das fortunas

Vivemos num tempo em que a consequência da dinâmica “natural” do capitalismo é o crescimento da desigualdade na distribuição da riqueza, do rendimento e das oportunidades. Se deixarmos o capitalismo entregue a si mesmo, inexoravelmente, a desigualdade aumenta.

Nos países em que se dispõe de informação estatística razoavelmente segura a evidência empírica é esmagadora.

Nos Estados Unidos, país para o qual dispomos das melhores estimativas, os 0,1% mais afortunados, que nos anos 70 do século passado detinham 6 a 7 % do total da riqueza, atualmente são donos de cerca de 20% (o triplo). Para Portugal não disponho de números fiáveis, contudo, usando os dados disponíveis da Global Wealth Distribution publicados pelo Credit Suisse, posso imaginar que a concentração da riqueza no nosso país não deverá ser muito diferente da verificada nos Estados Unidos.

O caso para a intervenção das políticas públicas na correção do desequilíbrio, parece sólido.

Um dos domínios das políticas públicas que é convocado para o efeito é o das políticas fiscais.

Não há grande coisa para inventar neste campo. A justiça fiscal faz-se com progressividade na tributação do rendimento e com a tributação da fortuna.

O registo, nesta matéria, nas economias de capitalismo avançado nas décadas posteriores aos anos 80 do século passado é terrível.

Em relação ao rendimento, até aos anos 80 do século passado, a taxa marginal de tributação andava nos 70% ou mesmo mais. Atualmente nos Estados Unidos é de 37%. Em relação aos lucros das empresas muitos países praticavam taxas marginais de 50% - atualmente nos Estados Unidos é de 16%.

Em relação à tributação da fortuna ela praticamente desapareceu - atualmente, na Europa, apenas quatro países a praticam e, ainda assim, numa escala reduzida.

A forma mais comum de tributação da fortuna é a tributação das heranças, mas, mesmo essa, foi abolida em muitos países como é o caso em Portugal.

Gostaria hoje de dedicar algum espaço ao tema da tributação da fortuna.

Os argumentos tradicionais contra a tributação da fortuna são: a) - dupla tributação (a fortuna de hoje é rendimento do passado e já foi tributada enquanto tal. Assumindo que a fortuna se fez com rendimentos elevados pode ter sido fortemente tributada); b) - ineficácia, no sentido em que diferentes modelos de evasão fiscal levarão a cobranças reduzidas.

A conclusão política geral sobre o tema é que a

tributação da fortuna é controversa e rende pouco fiscalmente, ou seja, tem custos políticos muito altos para pouca receita fiscal. Os políticos fogem dela como o diabo da cruz.

Tanto quanto sei, em Portugal, apenas o Partido Comunista tem propostas claras de tributação da riqueza embora, mesmo o PCP, não chegue ao ponto de propor uma tributação generalizada e sistemática das fortunas. O que o PCP propõe é a tributação em 0,5% anual do património mobiliário (depósitos bancários incluídos) acima de 100.000 euros.

Tributar a fortuna é algo de mais complexo e mais abrangente. Concretamente trata-se de aplicar um imposto sobre o total do património da família, incluindo ativos financeiros mobiliários, quotas em sociedades e património imobiliário. Naturalmente que só é tributável o património líquido, ou seja, caso existam dívidas elas serão deduzidas à base de aplicação do imposto

Se existe uma preocupação de justiça, apenas os patrimónios mais elevados serão objeto de tributação.

Com base nos dados da Global Wealth publicados pelo Credit Suisse, existirão em Portugal 94.233 patrimónios de valor superior a 1 milhão de euros a maioria dos quais, 84.716, concentrados no escalão inferior a 5 milhões.

Ou seja, os patrimónios acima de 1 milhão de euros em Portugal constituem uma base tributável de algumas centenas de biliões de euros pelo que, mesmo uma taxa de tributação reduzida, daria lugar a uma receita não despreciable.

Um dos argumentos contra a tributação da fortuna é a existência de alguma correlação entre a tributação da fortuna e a tributação do rendimento, ou seja, grandes fortunas estão associadas a grandes rendimentos logo é quase indiferente fazer a justiça fiscal pela progressividade da tributação do rendimento ou tributar a fortuna de “per se”.

Contudo, não é garantido que detentores de grandes fortunas tenham necessariamente uma conta gorda de IRS.

Imaginemos alguém que tem uma fortuna considerável em ações de empresas, digamos 6 milhões de euros em ações cotadas. Imaginemos também que essas ações dobraram em valor nos últimos 2 anos, ou seja, em cada ano a riqueza cresceu 1,5 milhões de euros.

Pode acontecer que o detentor deste património não tenha pago qualquer IRS. Basta para isso que, como muitas vezes acontece, as empresas não tenham distribuído dividendos. Mesmo que os tenham distribuído, como eles são tributados a uma taxa preferencial, a conta de IRS pode ser bastante

curta, pelo menos quando comparada com a dimensão do património.

Como não é fácil rebater a ideia da tributação da fortuna com base em critérios morais, os argumentos contra são, em geral do domínio da praticabilidade. Há muitas formas de fugir - vamos comprar um problema político gigantesco para, no final, cobrar poucos impostos.

Há, de facto, muitas formas de fugir.

Por exemplo, se só são tributados os patrimónios acima de um certo montante, digamos 1 milhão de euros, então vamos ver muitas declarações de riqueza na casa dos 900.000 euros.

Experiências de países que introduziram (ou mudaram) patamares de riqueza para efeitos de tributação, mostram que as pessoas fazem o que podem para colocar o património abaixo do limite mínimo. Contudo, essas experiências também mostram que o impacto global nos patrimónios declarados não é muito grande.

Depois é possível esconder riqueza em off-shores. Esse é um recurso que só está à disposição dos muito ricos. Calcula-se que 75% da riqueza escondida em off-shores pertença aos 0,1% mais ricos.

Contudo, aqui a vida está cada vez mais difícil para os que pretendam fugir aos impostos. Os países que se furtam a partilhar informação com as autoridades fiscais dos contribuintes são cada vez menos. Fisco eficiente do lado dos países de origem e partilha de informação com os países de destino não resolvem tudo, mas ajuda!

Outra possibilidade é a expatriação. Sabemos que muitos ricos e famosos escolhem a sua residência em função de critérios fiscais e, em particular, da tributação da riqueza.

O combate a esta forma de evasão depende da vontade política dos países.

Por exemplo, nos Estados Unidos quem quiser mudar a residência fiscal tem de renunciar à cidadania americana - dá para pensar duas vezes.

Em suma, a tributação da riqueza é justa num mundo onde a desigualdade está a atingir níveis preocupantes. Não é um tema simples, só funcionaria bem se muitos países aderissem a um qualquer modelo de tributação da riqueza e se os Estados levassem a sério a repressão às formas (muitas) de evasão.

A mim custa-me a aceitar que se deixe cair o tema só porque é difícil e porque pode ter custos políticos.

Para o fim uma curiosidade: dois dos homens mais ricos do mundo, Bill Gates e Warren Buffett, já declararam publicamente que apoiam a tributação da fortuna. Sinal dos tempos!

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

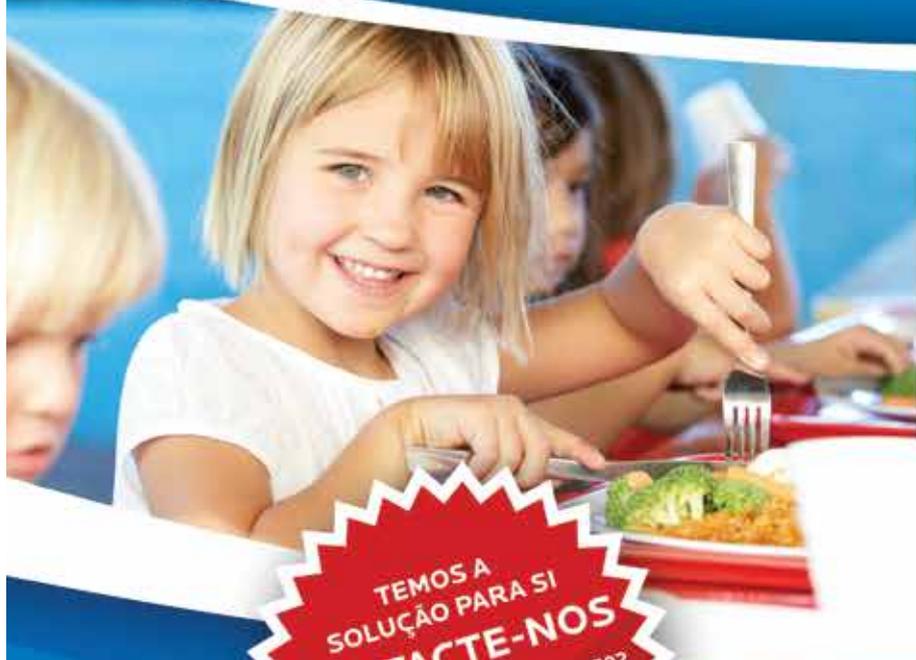
Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Captações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.

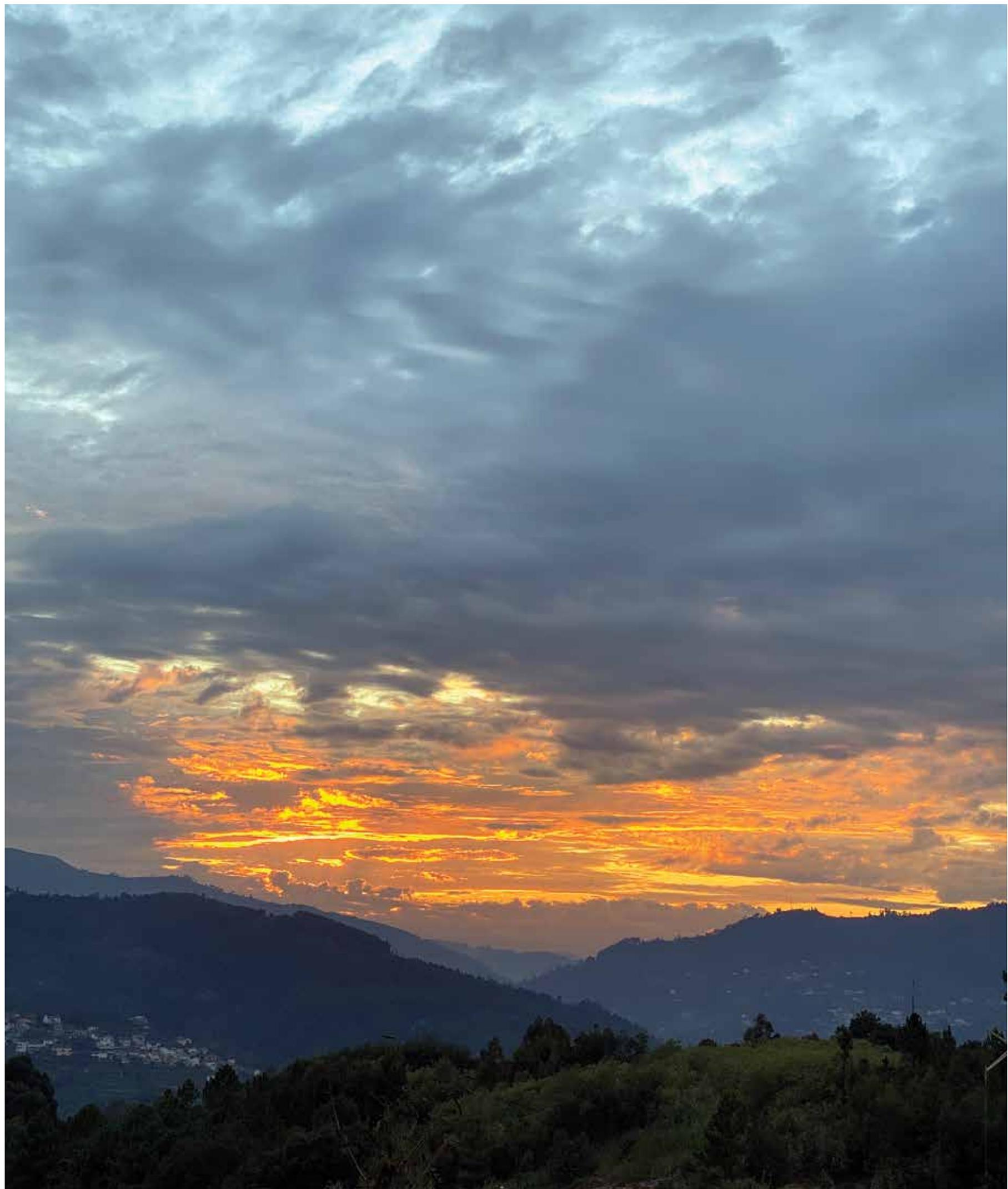


TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

www.sogemave.pt





O tempo do outono

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

ANA MENDES GODINHO

Do Turismo para o Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Foi uma das surpresas de António Costa. Ana Mendes Godinho, a nova ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, tem uma carreira ligada sobretudo ao setor do Turismo, mas isso não impediu Costa de a convidar para a área que, desde há quatro anos, estava nas mãos de José Vieira da Silva, um ministro de referência no sector social, que decidiu não integrar o executivo.

A ministra estreou-se em lides governativas no primeiro executivo de José Sócrates, como adjunta do Secretário de Estado. Em 2011, com a vitória de Passos Coelho nas legislativas, a lisboeta nascida em 1972 ingressa no ensino e foi coordenadora e docente do curso de Pós-graduação de Direito do Turismo na Faculdade de Direito de Lisboa. Foi Diretora dos Serviços de Apoio à Atividade Inspetiva e Inspetora do Trabalho da Autoridade para as Condições do Trabalho entre 2012 e 2015 e é inspetora do trabalho desde 2001.

Ana Mendes Godinho, a nova ministra do Trabalho e da Segurança Social, já foi incumbida pelo chefe do governo, de tratar, de imediato, das questões da concertação social.

O Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social tem dois novos secretários de Estado, com Rita da Cunha Mendes a assumir a nova secretaria de Estado da Ação Social e Gabriel Gameiro Bastos a ficar com a Segurança Social.

Licenciada em Direito, Rita da Cunha Mendes tem experiência autárquica, tendo sido vice-presidente e vereadora da Câmara Municipal de Aguiar da Beira, desempenhou vários cargos Direção do Centro Distrital da Guarda do Instituto de Segurança Social e foi presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Aguiar da Beira.

No Ministério Gabriel Gameiro Bastos substituiu Cláudia Joaquim à frente da secretaria de Estado da Segurança Social. Gabriel Gameiro Bastos é licenciado em Direito, com uma pós-graduação em Ciências Administrativas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sendo vice-presidente do Instituto de Segurança Social desde 2016. É ainda, desde essa data, representante Português no Comité de Proteção Social da UE e Membro suplente do Conselho Económico e Social.

Para a nova equipa do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social transitam Ana Sofia Antunes e Miguel Cabrita, sendo que o até agora secretário de Estado do Emprego sobe na hierarquia do Ministério, passando a ser secretário de Estado Adjunto da ministra.

Ana Sofia Antunes continuará, assim, à frente da secretaria de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência onde, na anterior legislatura, procedeu a uma remodelação das prestações de deficiência, criando a Prestação Social para a Inclusão (PSI).

Licenciada em Direito, Ana Sofia Antunes foi convidada para trabalhar na Câmara Municipal de Lisboa depois de ter feito o estágio e começado a exercer advocacia. Na autarquia assessorou o vereador da Mobilidade, tendo exercido funções de assessoria jurídica entre 2007 e 2013.

Sociólogo e docente universitário, Miguel Cabrita mantém-se no ministério localizado na Praça de Londres, mas deixa de ser secretário de Estado do Emprego para passar designar-se secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional.

No passado, entre 2000 e 2002, foi adjunto do secretário de Estado do Emprego e depois do Ministro do trabalho, pasta então assumida por Paulo Pedroso. Entre 2005 e 2009 foi adjunto do Ministro do Trabalho, cargo então ocupado por José António Vieira da Silva.

SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL NA GUARDA

Rita da Cunha Mendes, a nova secretária de Estado da Ação Social vai exercer o cargo a partir da Guarda.

O presidente da União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UDIPSS) da Guarda, Rui Reis, já disse que a instalação na cidade da Secretaria de Estado da Ação Social “é muito importante para o distrito e para as instituições”.

Segundo o responsável, a nomeação de Rita da Cunha Mendes, “acaba por ser um prémio também para a forma como a ação social é desenvolvida no Interior do país e, em particular, no distrito da Guarda”, sendo ainda “motivo de congratulação e de grande alegria”.

Pelo facto de a secretária de Estado pertencer ao distrito e de ser conhecedora da ação social que é desenvolvida na região, o presidente da UDIPSS/Guarda vaticina que as políticas a desenvolver serão “mais centradas na valorização daquilo que é o Interior e as gentes do Interior do país”.

O presidente da Câmara Municipal da Guarda, Carlos Chaves Monteiro (PSD), reagiu com “muita satisfação” à decisão do Governo de instalar naquela cidade a Secretaria de Estado da Ação Social.

Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL